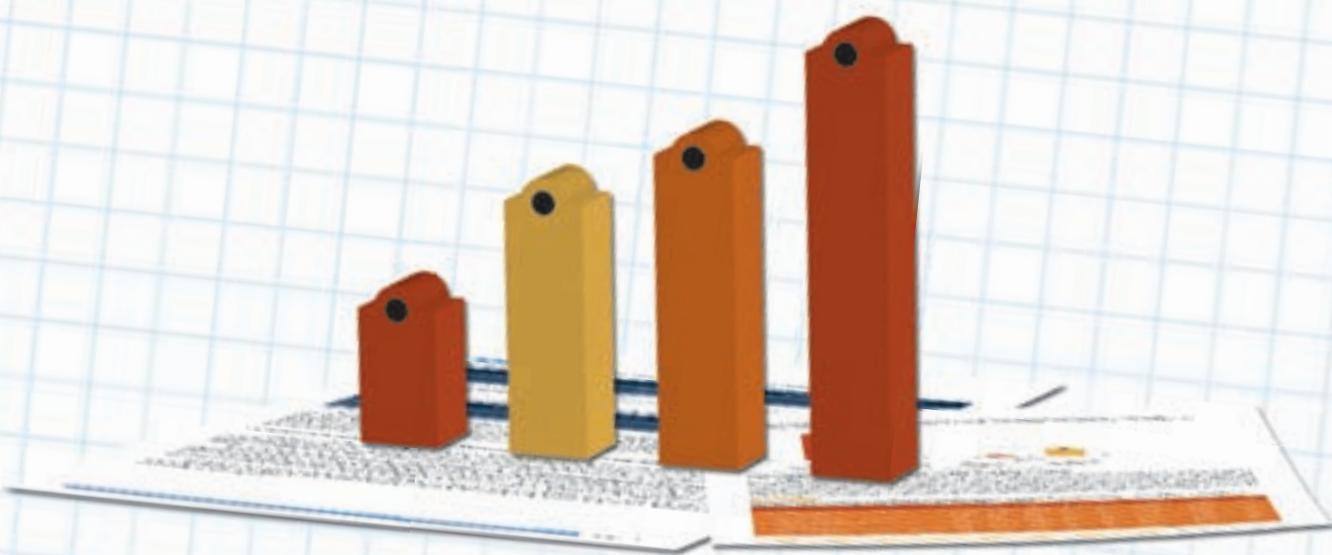


Informe de Previdência Social

2011

Maio de 2011 • Volume 23 • Número 5



ARTIGO

CENSO 2010: Primeiros Resultados e Implicações para a Previdência Social

por Graziela Ansiliero

NOTA TÉCNICA

Resultado do RGPS de Abril de 2011

EXPEDIENTE:

Ministro da Previdência Social: Garibaldi Alves Filho • Secretário Executivo: Carlos Eduardo Gabas • Secretário de Políticas de Previdência Social: Leonardo José Rolim Guimarães • Diretor do Departamento do Regime Geral de Previdência Social: Rogério Nagamine Costanzi • Diretor do Departamento dos Regimes de Previdência no Serviço Público: Delúbio Gomes Pereira da Silva • Diretor do Departamento dos Regimes de Políticas de Saúde e Segurança Ocupacional: Remígio Todeschini • Coordenador-Geral de Estudos Previdenciários: Emanuel de Araújo Dantas • Corpo Técnico: Carolina Veríssimo Barbieri, Edvaldo Duarte Barbosa e Graziela Ansiliero.

O Informe de Previdência Social é uma publicação mensal do Ministério da Previdência Social - MPS, de responsabilidade da Secretaria de Previdência Social e elaborada pela Coordenação-Geral de Estudos Previdenciários. Impressão: Assessoria de Comunicação Social/MPS. Também disponível na internet no endereço: www.previdencia.gov.br

É permitida a reprodução total ou parcial do conteúdo desta publicação desde que citada a fonte.

CORRESPONDÊNCIA

*Ministério da Previdência Social • Secretaria de Previdência Social
Esplanada dos Ministérios Bloco "F" - 7º andar, sala 750 • 70.059-900 - Brasília-DF
Tel. (0XX61) 2021-5011. Fax (0XX61) 2021-5408 • e-mail: cgep@previdencia.gov.br*

CENSO 2010: Primeiros Resultados e Implicações para a Previdência Social

Graziela Ansiliero

Especialista em Políticas Públicas e Gestão Governamental
Coordenadora da CGEP/SPS/MPS

Os primeiros resultados do Censo Demográfico de 2010, divulgados recentemente pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) e ainda restritos a um conjunto pequeno de variáveis, já revelam informações importantes sobre a dinâmica populacional do país. Estes resultados, embora ainda dissociados de dados sobre o mercado de trabalho e a relação da população brasileira com a Previdência Social, permitem a mensuração de indicadores relevantes para a análise de potenciais efeitos de mudanças demográficas sobre os regimes previdenciários nacionais, em particular no tocante ao Regime Geral de Previdência Social (RGPS).

O objetivo desta nota é oferecer uma contribuição inicial à esta tarefa, partindo de um breve relato da evolução dos principais indicadores demográficos já construídos a partir dos primeiros resultados definitivos do CENSO 2010 e avançando um pouco na apresentação de algumas implicações já bastante conhecidas dessa evolução sobre a Previdência Social. O estudo foi construído com base em dados harmonizados dos Censos Demográficos, com ênfase nos anos de 1991, 2000 e 2010, bem como na edição de 2009 da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD).

CENSO 2010: Evolução do Contingente Populacional e Indicadores Demográficos Básicos

De acordo com os primeiros resultados do último Censo Demográfico (CENSO 2010), a população brasileira residente chegou a 190,8 milhões de pessoas em 2010. Deste total, 93,4 milhões são do sexo masculino (49,0%) e 97,4 milhões pertencem ao sexo feminino. No tocante à situação censitária, aproximadamente 84,4% (161,0 milhões) residem em áreas urbanas e, por diferença, apenas 15,6% (29,8 milhões) possuem domicílio estabelecido em áreas classificadas como rurais.

Tabela 1

População Residente Total, segundo Sexo e Situação Censitária – Brasil - 2010

SITUAÇÃO CENSITÁRIA	QUANTIDADE	PROPORÇÃO(%)
Urbanas	160.925.792	84,4%
Rurais	29.830.007	15,6%
TOTAL	190.755.799	100%
SEXO	QUANTIDADE	PROPORÇÃO (%)
Homens	93.406.990	49,0%
Mulheres	97.348.809	51,0%
TOTAL	190.755.799	100,0%

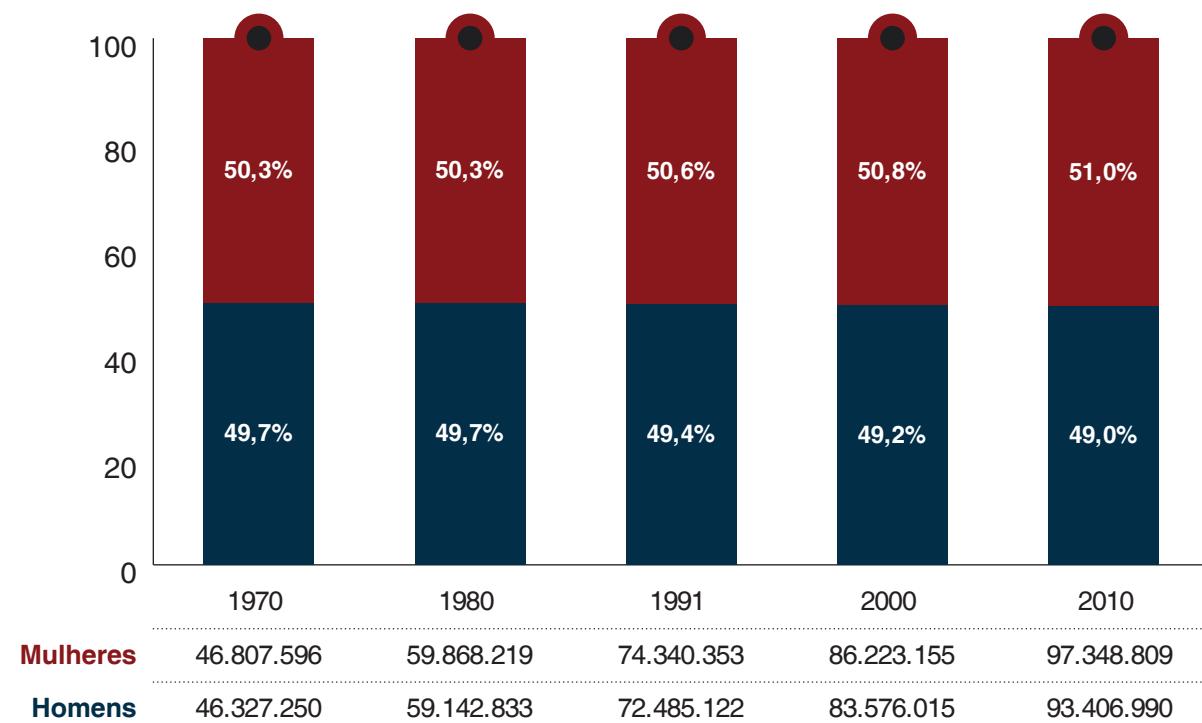
Fonte: SIDRA/IBGE; CENSO 2010/IBGE. Elaboração: SPS/MPS.

* As ideias e opiniões expressas neste artigo são de inteira responsabilidade do autor e não refletem a posição oficial do Ministério da Previdência Social

A distribuição da população por gênero pouco mudou nas últimas décadas, uma vez que a leve predominância feminina permaneceu relativamente estável nos últimos quarenta anos (variação de +0,7 ponto percentual na proporção de mulheres na população total, entre 1970 e 2010). A ligeira elevação da participação feminina do total pode ser explicada por diversos fatores, com diferentes graus de importância. Apenas para citar alguns, vale destacar: (i) a combinação do envelhecimento populacional (aumento da proporção de idosos, provocado pelo aumento na esperança de vida em geral) com o aumento da proporção de mulheres entre os idosos (em razão da maior expectativa de vida feminina); (ii) e, sem dúvidas, o aumento significativo das mortes por causas externas (acidentes e mortes violentas), ocorrências que tendem a vitimar principalmente os homens jovens.

Gráfico 1

Evolução da Proporção de Homens e Mulheres na População Brasileira Total – Brasil – 1970; 1980; 1991; 2000 e 2010



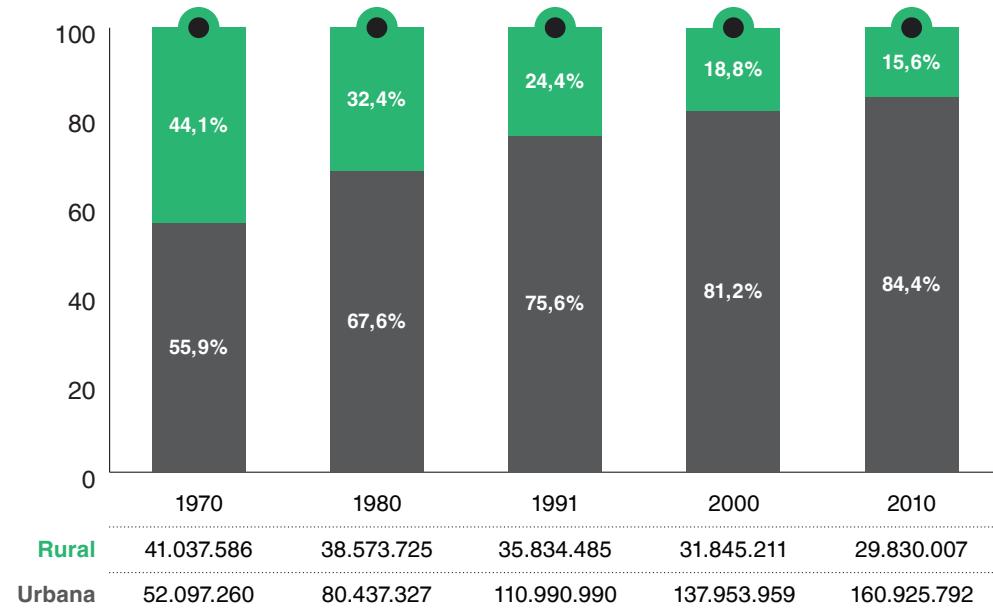
Fonte: Censo Demográfico (Vários anos) - SIDRA/IBGE. Elaboração: SPS/MPS.

Com respeito à evolução do grau de urbanização, o Censo 2010 confirma tendências já reveladas em levantamentos anteriores realizados pelo IBGE. O grau de urbanização no Brasil passou de 55,9% em 1970, para 75,6% em 1991 e 84,4% em 2010. Apenas entre 2000 e 2010, a população rural perdeu cerca de 2 milhões de pessoas, enquanto a urbana foi acrescida em quase 23 milhões de residentes. Para um regime previdenciário como o brasileiro, no qual as diferenças nas regras de contribuição e concessão de benefícios são marcantes entre os segurados rurais e urbanos, estas mudanças são importantes e possuem grande potencial de impacto sobre o nível de cobertura previdenciária.¹

¹ O IBGE atrela a classificação urbana/rural ao local de moradia, enquanto a Previdência Social classifica seus segurados conforme a natureza da atividade econômica que desempenham (se rural ou não rural, para as demais). Muito embora estes conceitos possam ser conflitantes em certos casos, é válida a utilização do grau de urbanização do IBGE como proxy da composição da clientela potencial do RGPS.

Gráfico 2

Evolução do Grau de Urbanização (Proporção da População em Áreas Rurais e Urbanas) – Brasil – 1970; 1980; 1991; 2000 e 2010

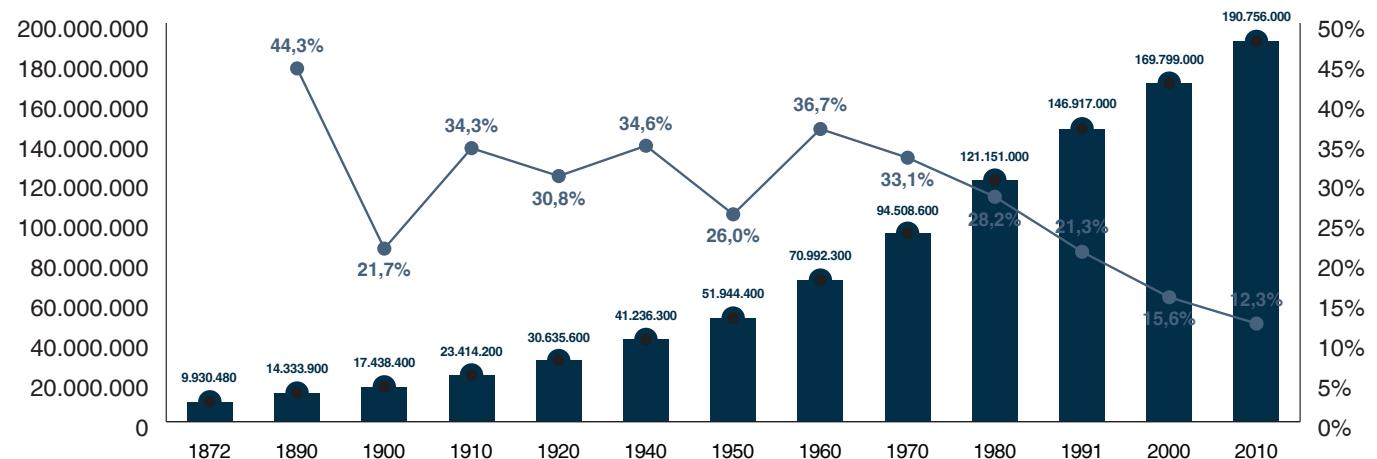


Fonte: Censo Demográfico (Vários anos) - SIDRA/IBGE. Elaboração: SPS/MPS.

Em relação à dinâmica demográfica geral, os dados revelam que a população brasileira cresceu a um ritmo mais lento que o previsto pelo IBGE para o período 2000-2010. Entre 1872 e 1960, a população brasileira cresceu a taxas elevadas, sendo que entre 1900 e 1950 este contingente quase triplicou, passando de 17.438.434 residentes para 51.941.767. Desde então a população residente variou positivamente, mas o fez a taxas continuamente decrescentes. O total de residentes mais que dobrou nos últimos quarenta anos (variação de +101,8%, entre 1970-2010), mas a variação relativa do contingente populacional decresceu paulatinamente com o passar das décadas. Entre 1970 e 1980, por exemplo, a população residente variou em 28,2%; entre 2000-2010, esta variação não chegou à metade do percentual anterior (+12,3%).

Gráfico 3

Evolução Absoluta e Relativa da População Residente Total – Brasil – 1872; 1890; 1900; 1920; 1940; 1950; 1960; 1970; 1980; 1991; 2000 e 2010



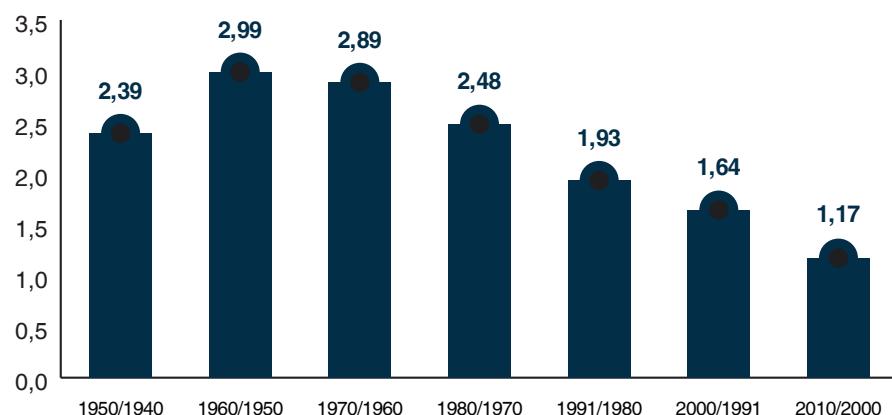
Fonte: SIDRA/IBGE. Elaboração: SPS/MPS.

Notas: 1 - Para 1872 até 1950: População presente; 2 - Para 1960 até 1980: População recenseada; 3 - Para 1991 até 2010: População residente; 4 - Para 1950 até 1960: Os dados incluem a população da região da Serra dos Aimorés, área de litígio entre Minas Gerais e Espírito Santo; 5 - Em 1910 e 1930 não houve recenseamento. Os dados de 1910 se referem a estimativas obtidas no site do IBGE (ver: www.ibge.gov.br/.../populacao/.../populacao1908_12v1_076_a_077.pdf); 6 - Nota: Com relação ao ano de 1872, os resultados não incluem 181.583 habitantes, estimados para 32 paróquias, nas quais não foi feito o recenseamento na data determinada.

As taxas médias geométricas de crescimento anual da população brasileira durante o período 1900-1920 eram de 2,86% ao ano, sendo que nos períodos seguintes (1920-1940) estas caíram para algo como 1,50%.² A partir da década de 1940, o ritmo de expansão da população voltou a aumentar. A taxa média geométrica atingiu o valor máximo de 2,99% ao ano entre 1950/1960, antes de retroagir paulatinamente para seu menor valor, estimado em 1,17% para 2000/2010, segundo dados dos CENSOS 2000 e 2010. Ressalte-se que em suas projeções mais recentes, o IBGE projetou, para este último período, uma taxa de crescimento de 1,30% ao ano (taxa 0,13 ponto percentual maior que a observada).³

Gráfico 4

Taxa Média Geométrica de Crescimento Anual da População Residente – Brasil – 1950/1940; 1960/1950; 1970/1960; 1980/1970; 1991/1980; 2000/1991; 2010/2000 – Em %



Fonte: <http://seriesestatisticas.ibge.gov.br/series.aspx?vcodigo=POP119&t=taxa-de-crescimento-da-populacao-residente>.
Elaboração: SPS/MPS.

A evolução do contingente populacional depende, grosso modo, de quatro fatores: volume de nascimentos, volume de óbitos, imigração e emigração. O crescimento natural da população brasileira (saldo entre nascimentos e óbitos) foi determinante para a expressiva expansão populacional nas primeiras quatro décadas do século XX, embora a migração de estrangeiros para o Brasil também tenha contribuído, direta e indiretamente (por meio dos descendentes dos imigrantes originais), com alguma parcela deste resultado. As políticas de estímulo à migração para o Brasil - iniciadas ainda no século XIX, em razão da abolição da escravatura e da conseqüente escassez de mão-de-obra rural, e revistas a partir das décadas de 1920-1930 - geraram saldos migratórios positivos e não desprezíveis.

A partir da década de 1940, já com o fluxo de imigrantes em declínio, alguns fatores (com destaque para melhorias importantes no campo da saúde pública e para a intensificação do processo de urbanização no país) ofereceram novo impulso para o crescimento natural da população: ao mesmo tempo em que a fecundidade (número médio de filhos por mulher) se manteve relativamente estável, houve uma queda significativa na mortalidade infantil. Dos anos 60 em diante, as mudanças na estrutura demográfica brasileira também estiveram associadas basicamente ao crescimento natural da população, em detrimento do saldo migratório.

Mais recentemente, o decréscimo da taxa de expansão em relação ao seu nível em décadas anteriores se deve à menor velocidade de queda da taxa de mortalidade infantil, mas, sobretudo, à queda na taxa de fecundidade. Se em 1960 a média era de 6,28 filhos por mulher, este número caiu para 1,76 em 2010; a taxa de mortalidade infantil passou de 124 óbitos por cada mil nascimentos em 1970, para 21,6 por cada mil em 2010. Embora tenha diminuído bastante nas últimas décadas, a mortalidade no Brasil ainda é considerada elevada para os padrões internacionais, ao mesmo tempo em que o indicador de fecundidade passou a apresentar valores próximos ao nível de reposição da população (pouco mais de 2 filhos por mulher).⁴ De acordo com o IBGE, esta queda pronunciada da fecundidade se deve principalmente ao aumento da participação feminina no mercado de trabalho e a transformações socioeconômicas e culturais advindas da intensificação do processo de urbanização no país.

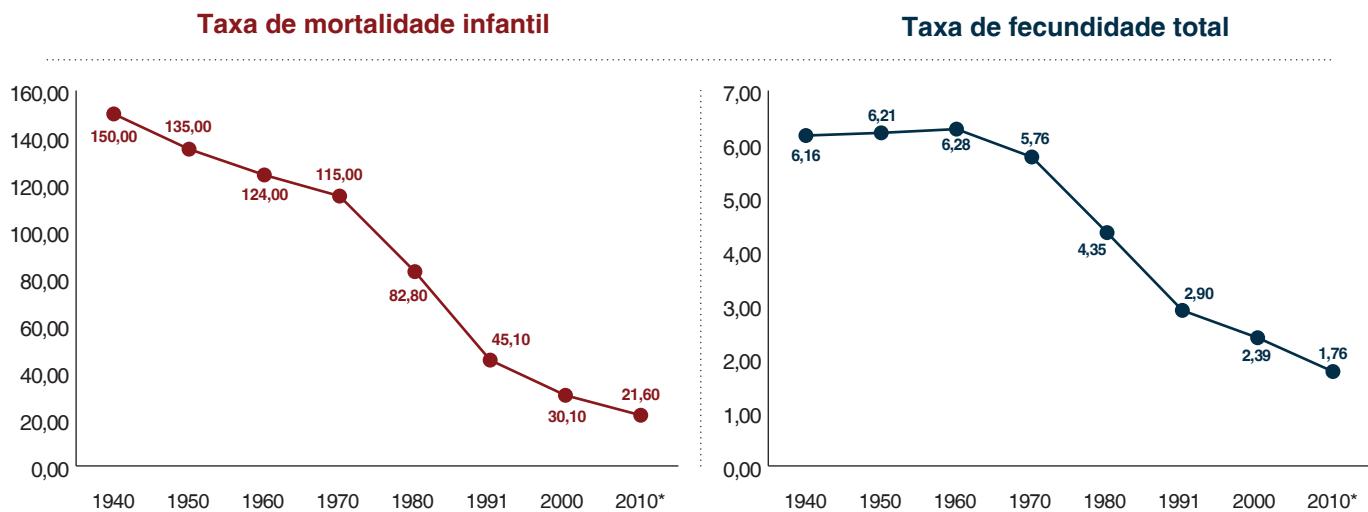
2 Valores estimados a partir dos dados do Gráfico 1.

3 Ver: Análise preliminar dos dados do Censo 2010. Comunicados do IPEA, Brasília: IPEA, Nº 68, 1º de dezembro de 2010.

4 Para maiores esclarecimentos, ver: Estudos & Pesquisas – Síntese de Indicadores Sociais: Uma Análise das Condições de Vida da População Brasileira, no. 27, Rio de Janeiro: IBGE, 2010.

Gráfico 5 e 6

Taxa de Mortalidade Infantil e Taxa de Fecundidade Total – Brasil – 1940; 1950; 1960; 1970; 1980; 1991; 2000 e 2010

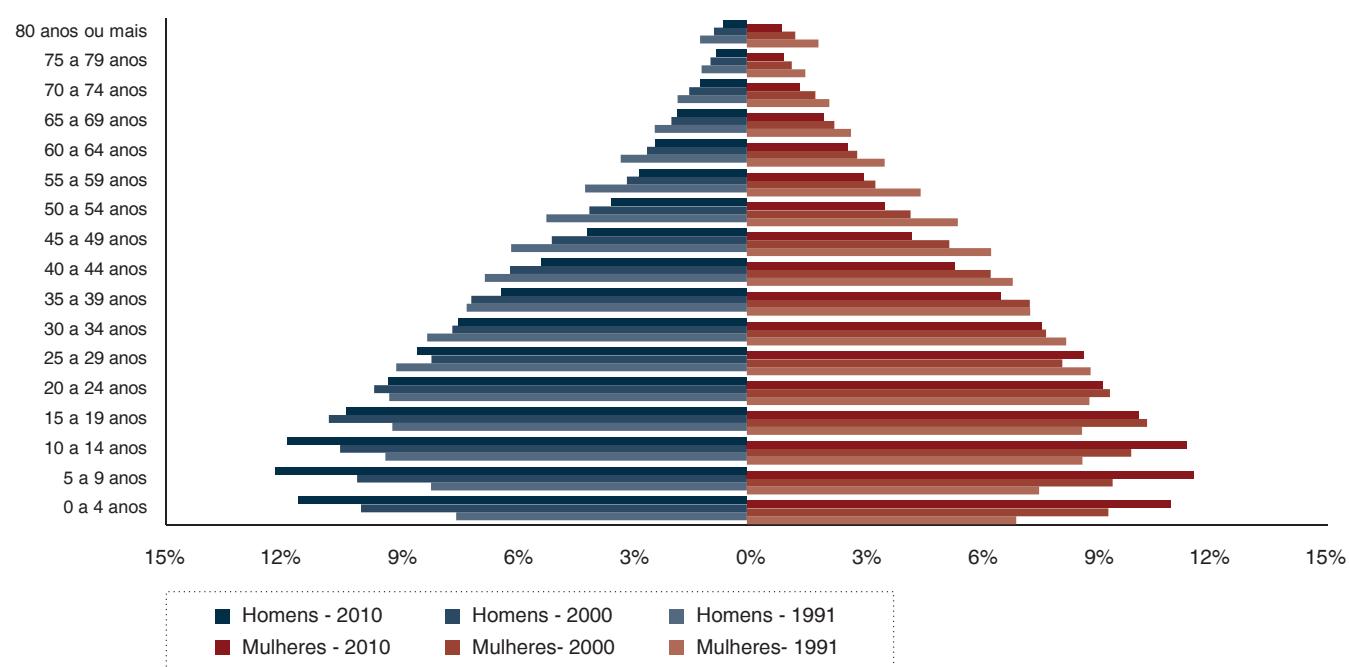


Fonte: Para as taxas de mortalidade das décadas de 1940 a 1980, ver: *Evolução e Perspectivas da Mortalidade Infantil no Brasil* (http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/populacao/evolucao_perspectivas_mortalidade/comentarios.pdf); para os demais anos (1991; 2000 e projeção para 2010), ver: <http://seriesestatisticas.ibge.gov.br/series.aspx?vcodigo=POP324&t=revisao-2008-projecao-da-populacao-taxa-de-mortalidade-infantil>. Em relação à taxa de fecundidade total em 2000 e 2010 (dado projetado), ver: *Projeção da População do Brasil por Sexo e Idade – 1980-2050 (Revisão 2008)*, *Estudos & Pesquisas – Informação Demográfica e Socioeconômica*, no. 24, Rio de Janeiro: IBGE, 2008; para os demais anos, os dados foram obtidos em consultas pontuais ao IBGE. Elaboração: SPS/MPS.

A diminuição da taxa de fecundidade também pode ser observada a partir da estrutura etária da população, que se alterou significativamente nas últimas décadas. As crianças e os jovens com até 24 anos de idade representavam, conjuntamente, 54,2% da população brasileira em 1991, ao passo que em 2010 esta proporção foi estimada em 42,0% - uma redução de 12,2 pontos percentuais. Por outro lado, houve um incremento considerável na proporção de idosos (com 60 anos ou mais de idade) na população (de 7,3% para 10,8%) e mesmo na quantidade absoluta de pessoas pertencentes a este grupo – entre 1991 e 2010, a quantidade de idosos aumentou em 9,9 milhões de pessoas (de 10,7 milhões para 20,6 milhões).

Gráfico 7

Pirâmide Etária Brasileira, segundo Gênero – Brasil – 1991; 2000 e 2010



Fonte: Censo Demográfico (Vários anos) - SIDRA/IBGE. Elaboração: SPS/MPS.

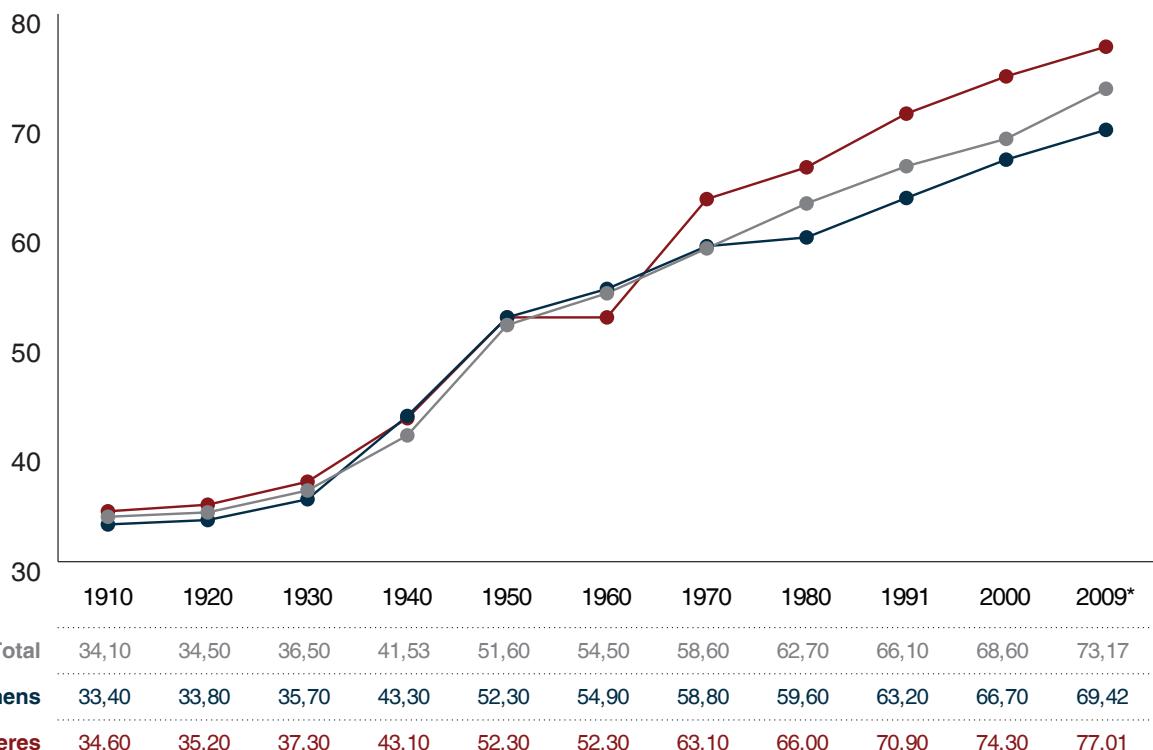
Em outros termos, houve um alargamento no topo e um estreitamento na base da pirâmide etária. Esse alargamento no topo é decorrente de dois fatores, um a própria evolução da estrutura demográfica, com coortes maiores chegando às idades mais avançadas. O outro fator é o aumento da expectativa de vida dos idosos, decorrente das melhorias socioeconômicas e culturais decorrentes do processo de desenvolvimento do país. Com isso, a maior quantidade de idosos que chegam às idades mais avançadas permanecem nesse grupo por mais tempo. Isso implica a inclusão da expectativa de vida, juntamente com a evolução da taxa de fecundidade e da mortalidade infantil, entre os fatores explicativos para a mudança expressiva ocorrida no padrão demográfico nacional.

O estreitamento verificado na base da pirâmide se deu para ambos os sexos, muito embora um olhar mais cuidadoso sobre o Gráfico 7 revele um desequilíbrio crescente, no tempo e em função da idade, na proporção de homens e mulheres (como já sugeria o Gráfico 1). Em outras palavras, a proporção feminina tende a ser maior quanto maior for a faixa de idade considerada (salvo nas cinco primeiras, onde a proporção masculina é sistematicamente um pouco superior); ao longo do tempo, a razão entre as proporções feminina e masculina tem crescido em virtude da sobremortalidade masculina, como já abordado aqui.

Naturalmente, esta sobremortalidade masculina também explica a maior esperança de vida registrada entre as mulheres. A expectativa de vida ao nascer, no Brasil, aumentou significativamente desde o início do século XX, beneficiando a homens e mulheres. De um modo geral, no entanto, os ganhos médios em número de anos de vida têm sido mais favoráveis às últimas, razão pela qual houve um incremento nos diferenciais de sexo para este indicador. Entre 1950 e 1991, a esperança de vida feminina tendeu a crescer a taxas bastante superiores, comparativamente à masculina; desde então, o ganho absoluto foi maior entre as mulheres (em anos), mas a variação percentual foi maior entre os homens. O diferencial por sexo não apenas parou de crescer, como parece caminhar para uma estabilização em níveis inferiores ao atual.⁵

Gráfico 8

Esperança de Vida ao Nascer, segundo Sexo – Brasil – 1910; 1920; 1930; 1940; 1950; 1960; 1970; 1980; 1991; 2000 e 2009⁶



Fonte: Censo Demográfico (1980; 1991; 2000) - SIDRA/IBGE; PNAD/IBGE (2009). Elaboração: SPS/MPS.

⁵ Ressalte-se que a maior expectativa de vida das mulheres é característica de gênero, independe do país. Nascem mais homens que mulheres, mas a mortalidade infantil dos homens é maior e a expectativa de sobrevida também é menor para os homens.

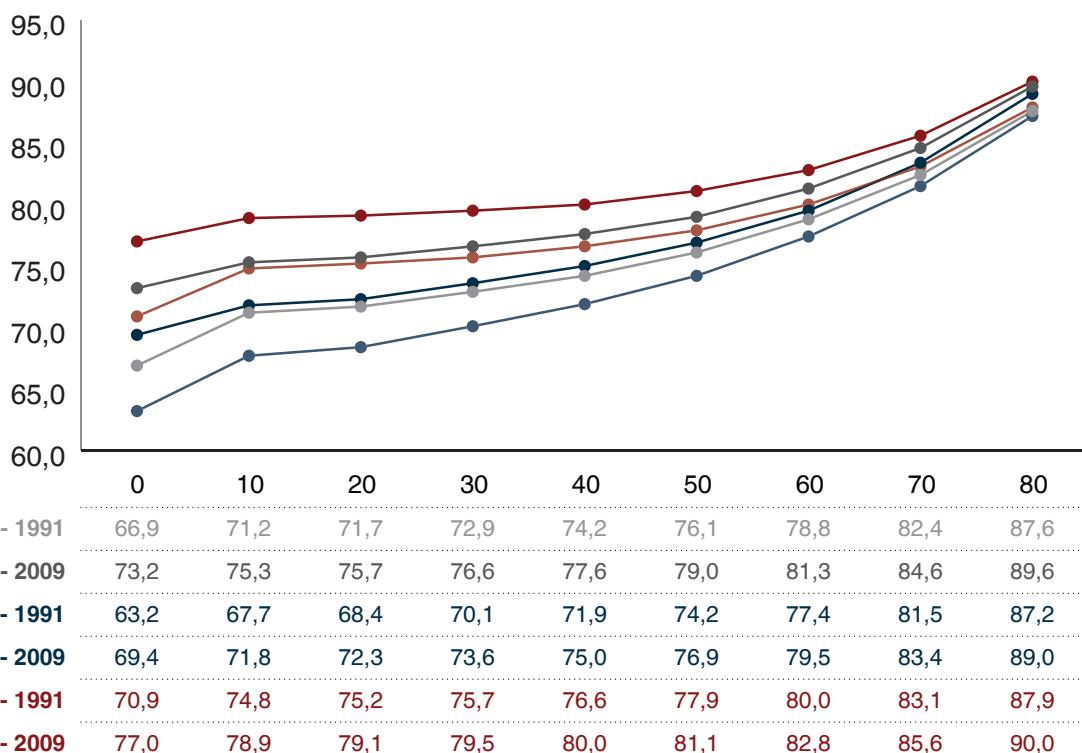
⁶ Os dados para a elaboração deste gráfico foram extraídos de diferentes tabelas divulgadas no site do IBGE. As curvas sugerem alguma descontinuidade nos dados, não sendo possível afirmar que as séries de 1910-1970 e 1980-2009 são harmonizadas.

Ainda há espaço para melhorias, pois os indicadores brasileiros ainda são inferiores aos melhores referenciais internacionais, mas os avanços têm sido notáveis para ambos os sexos. Em que pesem os ainda elevados índices de mortalidade infantil, frente às referências internacionais, e a sobremortalidade masculina por causas externas nas faixas etárias iniciais da vida adulta, a expectativa de vida no Brasil aumentou de maneira expressiva no período considerado: entre 1991 e 2009, para a população em geral, este indicador passou de 34,10 para 73,17 anos, uma variação absoluta de 39,07 anos e relativa de 114,6%. Entre os homens esta variação média foi de 36,02 anos (+107,8%); entre as mulheres, de ainda mais impressionantes 42,41 anos (+122,6%).

Em média, apenas entre 1991 e 2009, a esperança de vida ao nascer de homens e mulheres aumentou, respectivamente, em 6,22 e 6,11 anos; para o conjunto da população, o ganho foi de 6,27 anos. O Gráfico 9, que traz a média do número total de anos que viveria uma pessoa dada a idade que tivesse alcançado em 1991 ou em 2009 (mantidas as mesmas condições de vida observadas em cada ano), mostra que houve ganho em todas as faixas etárias, para ambos os sexos. Neste período, as maiores variações absolutas na expectativa de vida masculina foram observadas nas idades mais baixas, de 0 a 20 anos.⁷ A partir desse ponto, o ganho médio das mulheres, em termos de anos de vida adicionais à idade que possuíam, foi sistematicamente superior.

Gráfico 9

Média do Número Total de Anos de Vida, dada a Idade observada em 2009 (Idade Exata (X) + Esperança de Vida à Idade (X)), segundo Sexo – 1991 e 2009



Fonte: Censo Demográfico (1991) - SIDRA/IBGE; PNAD/IBGE (2009). Elaboração: SPS/MPS.

O resultado entre 1991-2009, naturalmente, foi uma tendência de queda nos diferenciais de sexo nas primeiras faixas etárias e de aumento nas demais. Em todo caso, ainda que esta vantagem feminina não tenha crescido em todos os grupos de idade, a expectativa de vida segue superior para as mulheres em todas as faixas etárias. Outras tendências mantidas são a diminuição dos diferenciais por sexo (absolutos e relativos) conforme avança a idade de referência e o aumento dos níveis de esperança de vida entre a população idosa. Quanto maiores as taxas de sobrevida da população idosa, maiores os desafios a serem enfrentados no campo da seguridade social (Saúde, Previdência e Assistência Social).

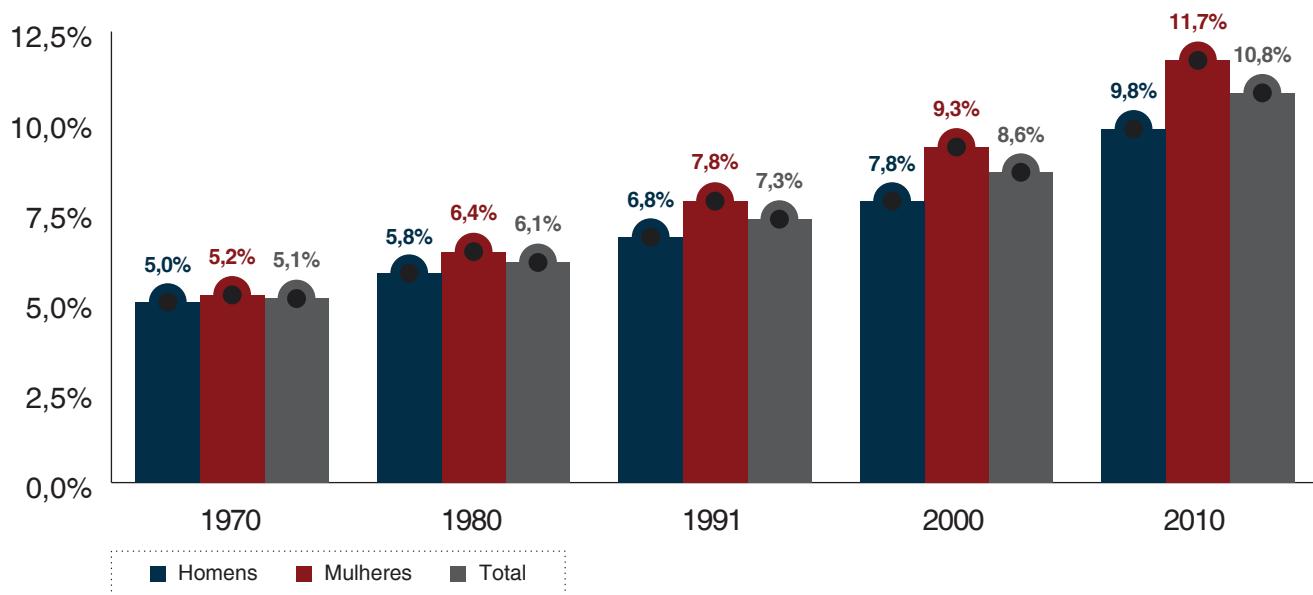
⁷ Entre os homens, nestas faixas etárias, a probabilidade de óbito é bastante superior à observada entre as mulheres, especialmente nas idades de 15 a 20 anos. Desde 1991, contudo, houve um decréscimo nestes valores, movimento que obviamente se reflete no aumento mais expressivo na expectativa de vida masculina (de 0 a 20 anos).

CENSO 2010: Principais Implicações para a Previdência Social

A combinação de queda na taxa de fecundidade e de redução pronunciada, mas ainda insuficiente, na taxa de mortalidade infantil ocorrida nas últimas décadas, somada à elevação da expectativa de vida em todas as idades, tem levado a um processo de “envelhecimento” da população brasileira⁸. O país se depara com a diminuição relativa da população jovem e, consequentemente, com o aumento da participação dos idosos na população total. Esta situação fica visível no Gráfico 10, que apresenta, para anos selecionados e por sexo, a evolução da participação dos idosos na população brasileira.

Gráfico 10

Taxa de Participação dos Idosos na População Total do País, segundo Sexo – Brasil – 1970; 1980; 1991; 2000 e 2010 – Em %



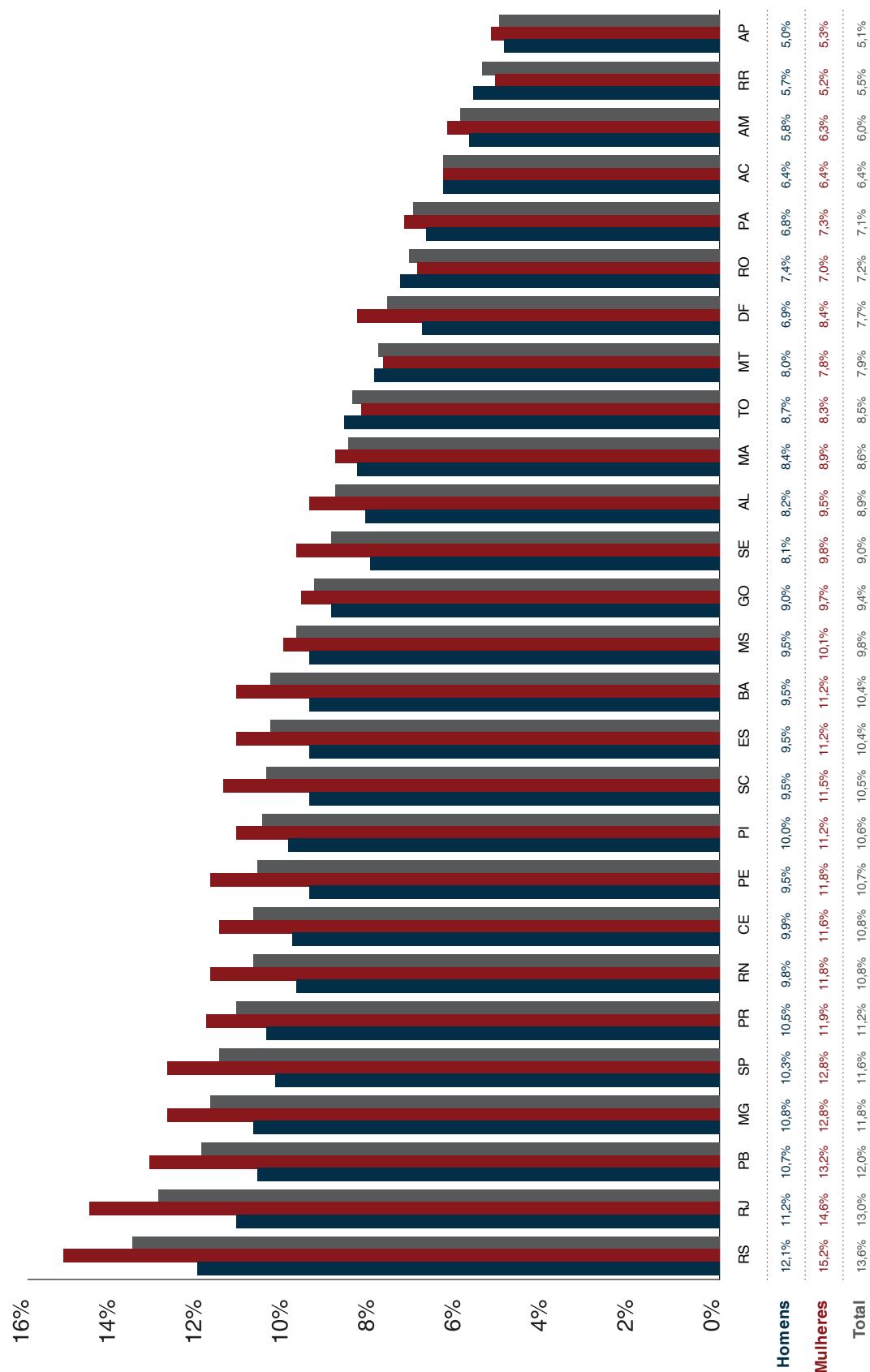
Fonte: Censo Demográfico/IBGE – 1970; 1980; 1991; 2000 e 2010. Elaboração: SPS/MPS.

De acordo com o Estatuto do Idoso, em vigor desde janeiro de 2004⁹, são consideradas idosas todas as pessoas com idade igual ou superior a 60 anos. Existem no Brasil cerca de 20,6 milhões de indivíduos nesta faixa etária, de acordo com o Censo 2010. Do total de idosos brasileiros, aproximadamente 44,1% (7,37 milhões) são homens e, por diferença, 55,9% (9,36 milhões) são mulheres. Nos últimos 40 anos (1970-2010), a taxa de participação dos idosos na população total mais que dobrou, passando de 5,1% para 10,8%. A variação positiva mais expressiva foi observada entre as mulheres (+6,5 pontos percentuais), comparativamente aos homens (+4,8 pontos percentuais).

Outro ponto que chama atenção, embora não surpreenda, é a disparidade de resultados entre as Unidades da Federação: a proporção de idosos na população em geral varia de 5%, no Amapá, a 12,1%, no Rio de Janeiro (Gráfico 11). A explicação para esta disparidade tende a residir nos fato de que as Regiões Geográficas e, consequentemente, as Unidades da Federação encontram-se em estágios distintos de desenvolvimento social e econômico, situação que também as coloca em estágios diferentes da transição demográfica. Assim, deve-se ter em mente que os indicadores médios, estimados para o conjunto da população brasileira, ocultam resultados desagregados bastante heterogêneos. Deve-se considerar ainda o processo de migração interna em direção a determinados estados do país, que atraem, em sua maioria, jovens em busca de oportunidades melhores no mercado de trabalho.

8 Ver: IBGE. Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios 2003 - Síntese de Indicadores. Rio de Janeiro, 2004.

9 Internacionalmente, considera-se como população idosa a parcela da população com idade igual ou superior a 65 anos. Para manter a coerência com as referências básicas observadas no RGPS (a idade média de aposentadoria no Brasil, considerando-se todas as espécies deste benefício, não ultrapassa os 60 anos) e com o Estatuto do Idoso (Lei No. 10.741 de 10 de outubro de 2003), utiliza-se aqui o parâmetro de 60 ou mais anos para a população idosa e de 15 a 59 anos para a população em idade ativa.

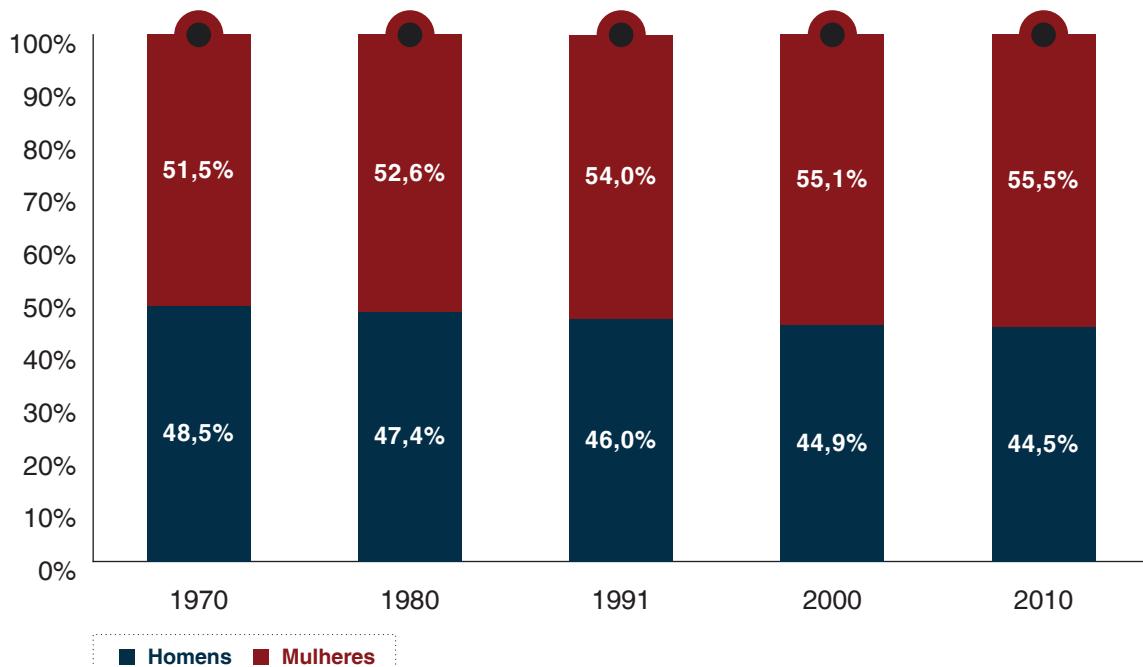
Gráfico 11**Taxa de Participação dos Idosos na População Total do País, segundo Sexo e Unidades da Federação - 2010 - Em %**

Fonte: Censo Demográfico/IBGE – 2010. Elaboração: SPS/MPS.

Apesar destas ressalvas, algumas generalizações ainda podem ser feitas. Uma delas é a tendência de “feminização” do envelhecimento populacional, fenômeno determinado pela persistente, ainda que recentemente suavizada, sobremortalidade masculina. O Gráfico 12, a seguir, evidencia a tendência de queda da participação dos homens na população idosa, bem como o consequente aumento da participação feminina no período de 1970 a 2010. A proporção feminina, que no início da série era de 51,5% da população com idade igual ou superior a 60 anos, chegou a 55,5% em 2010. A participação das mulheres entre os idosos aumenta com o avanço da idade, ou seja, é maior conforme aumenta a faixa etária considerada e tem se expandido com o aumento da longevidade.

Gráfico 12

Taxa de Participação de Homens e Mulheres na População Idosa Total – Brasil – 1970; 1980; 1991; 2000 e 2010 – Em %

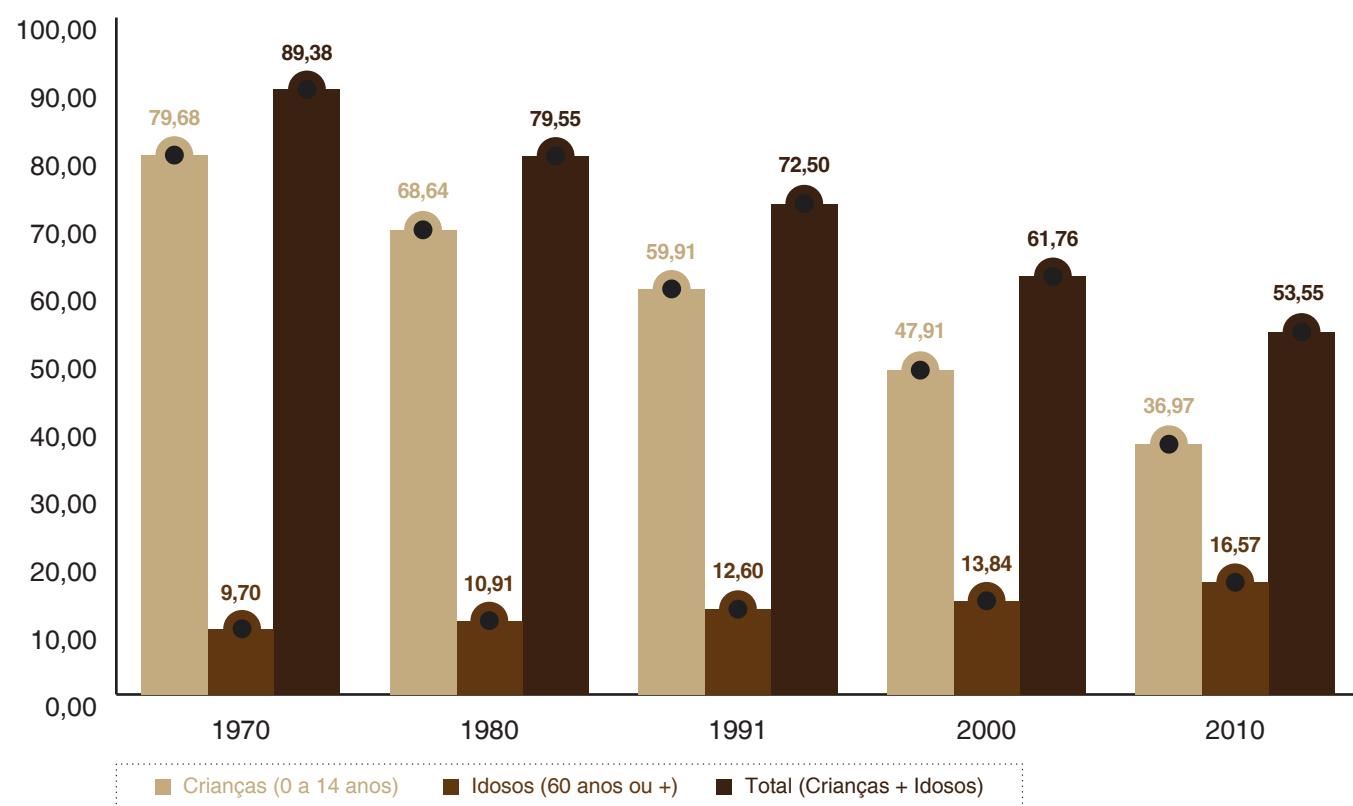


Fonte: Censo Demográfico/IBGE – 1970; 1980; 1991; 2000 e 2010. Elaboração: SPS/MPS.

O comportamento demográfico descrito – que combina aumento absoluto do contingente de idosos, bem como o incremento de sua participação na população total – provoca efeitos importantes na Previdência e na Assistência Social. Por um lado, estes fatores tendem a gerar elevação das despesas previdenciária e assistencial em função do crescimento absoluto da população idosa e do aumento da longevidade (que aumenta a duração dos benefícios pagos), por outro, tendem a resultar em uma redução das taxas de crescimento da população potencialmente ativa, base para a População Economicamente Ativa (PEA) e, consequentemente, da principal fonte de arrecadação da Previdência – a folha de salários.

Em outras palavras, caminha-se para um agravamento crescente da razão de dependência da população idosa, indicador que aqui expressa a proporção de pessoas em idade potencialmente inativa (60 anos ou mais de idade) de uma população, em relação a 100 pessoas em idade potencialmente ativa (recorte de 15 a 59 anos).¹⁰ Entre 1970 e 2010, o valor deste indicador passou de 9,70 para 16,57, em um movimento inequívoco de elevação da razão de dependência dos idosos. Esta situação preocupa, mas pode ser relativizada pela utilização de um conceito mais amplo de razão dependência, que leva em consideração as crianças de 0 a 14 anos.

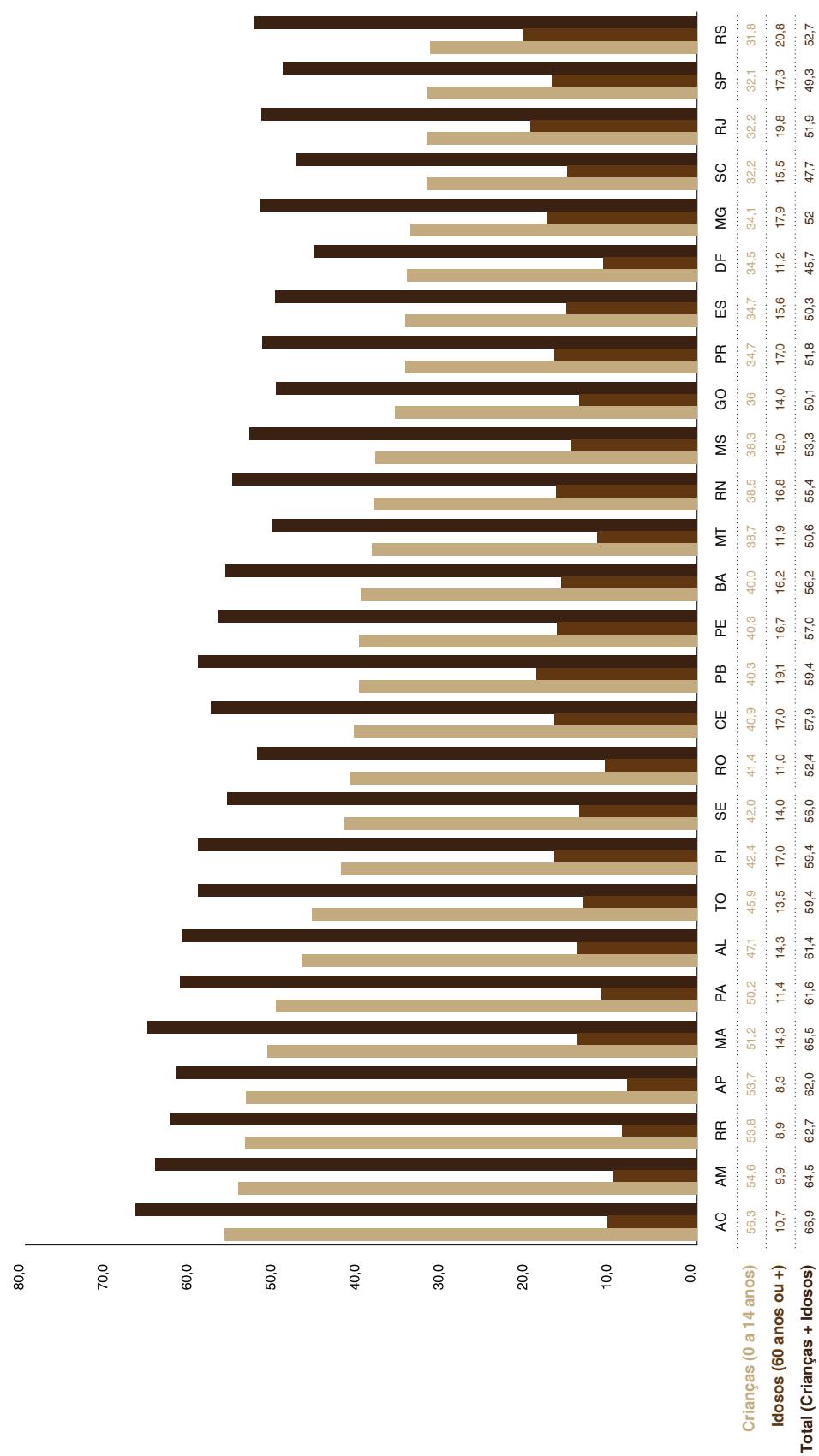
¹⁰ A Razão de Dependência da População Idosa é mais comumente calculada a partir do conjunto de idosos com idade igual ou superior a 65 anos e do grupo de pessoas potencialmente ativas, com idade entre 15 e 64 anos. Não obstante, para esta nota o indicador foi calculado pela seguinte fórmula: Razão de dependência dos idosos = (Pop60+ / Pop15-59) *100. Para as crianças, a fórmula é: Razão de dependência das crianças = (Pop0-14 / Pop15-59) *100.

Gráfico 13**Razão de Dependência da População Idosa (60 anos ou mais de idade), das Crianças (0 a 14 anos) e do Total (Crianças e Idosos) – Brasil – 1970; 1980; 1991; 2000 e 2010**

Fonte: Censo Demográfico/IBGE – 1970; 1980; 1991; 2000 e 2010. Elaboração: SPS/MPS.

No Brasil, a razão de dependência das crianças ainda é predominante, motivo pelo qual o indicador combinado (crianças e idosos) segue a mesma tendência evolutiva. A queda da razão dependência dos dois grupos combinados (razão de dependência total) indica que a população em idade ativa (PIA) sustenta uma proporção decrescente de dependentes (crianças e adolescentes de 0 a 14 anos e idosos com 60 anos ou mais), ou seja, que esta população em idade produtiva (pessoas com idade entre 15 e 59 anos) tem aumentado sua importância relativa. Assim, a queda contínua da razão de dependência das crianças, frente à mesma população com idade entre 15 e 59 anos, oferece uma oportunidade para a realização de reformas previdenciárias saneadoras, que preparem o RGPS para os impactos advindos de uma futura predominância da razão de dependência dos idosos.

Entre as Unidades da Federação, mais uma vez, os resultados são díspares, muito embora a evolução temporal aponte para as mesmas tendências dos indicadores nacionais. Em 2010, a maior razão de dependência dos idosos foi estimada no Rio Grande do Sul (20,84), seguido de perto pelo Rio de Janeiro (19,77). Naturalmente, nos estados com os maiores valores para este indicador, a fecundidade deve ser mais baixa e a expectativa de vida mais elevada, comparativamente às demais Unidades da Federação. No outro extremo encontram-se Roraima (8,91) e Amapá (8,29), que registram as menores razões de dependência de idosos.

Gráfico 14**Razão de Dependência da População Idosa (60 anos ou mais de idade), segundo UF – Brasil – 1991; 2000 e 2010 – Em %**

Fonte: Censo Demográfico/IBGE – 1970; 1980; 1991; 2000 e 2010. Elaboração: SPS/MPS.

No tocante à razão de dependência das crianças, as diferenças nos resultados refletem em grande medida o ritmo de queda na taxa de fecundidade, que tem variado de acordo com os estados: nos estados menos desenvolvidos, a fecundidade é de fato maior, mas sua queda tem sido mais rápida do que nos estados desenvolvidos, com as taxas tendendo a convergir para valores abaixo do nível de reposição. Os maiores valores da razão de dependência das crianças foram estimados no Acre (56,26) e no Amazonas (54,59); os menores, em São Paulo (32,07) e no Rio Grande do Sul (31,83). Logicamente, a relação entre os dois indicadores tende a ser inversamente proporcional: a razão de dependência das crianças tende a ser menor onde é maior a razão de dependência dos idosos.

Considerações Finais

Os primeiros resultados do Censo Demográfico de 2010 revelam um país mais envelhecido, mais urbano e com maior participação feminina em sua população residente. Houve um alargamento do topo e um estreitamento da base da pirâmide etária brasileira: a quantidade absoluta e a proporção de idosos na população aumentaram significativamente, ao mesmo tempo em que tanto a proporção quanto o número absoluto de crianças e adolescentes de 0 a 14 anos diminuiu. A maior parte da população habita em áreas urbanas: em 1970, 44,1% da população residia em áreas rurais, percentual estimado em apenas 15,6% em 2010. As mulheres são maioria na população: os homens prevalecem entre crianças, adolescentes e jovens (0 a 24 anos), mas as mulheres estão sobrerepresentadas nas demais faixas de idade. Grosso modo, nascem mais homens no país, mas as mulheres vivem mais.

É claro que estes indicadores nacionais, como médias que são, ocultam disparidades regionais, pois as Unidades da Federação se encontram em estágios distintos da transição demográfica, alguns mais próximos e outros mais distantes das referências internacionais relevantes. De todo modo, estes resultados, em termos de tendências, já vinham sendo observados em censos e pesquisas anteriores e não trazem muitas surpresas. O que chama mais atenção no Censo 2010 é a intensidade com que variaram as componentes da dinâmica populacional brasileira. Exceção feita à migração, que pouco acrescentou às mudanças, a mortalidade e, principalmente, a fecundidade foram determinantes para que o crescimento populacional se desse a taxas inferiores às previstas pelo IBGE: a mortalidade (tanto a infantil, quanto a sobremortalidade de jovens do sexo masculino), embora tenha caído, ainda está em patamar elevado; a fecundidade diminuiu ainda mais, caindo, na última década, abaixo da taxa de reposição da população.

Essa desaceleração do crescimento se traduziu em um maior incremento populacional entre os idosos (60 ou + anos), comparativamente aos demais grupos etários, aumentando a razão de dependência dos primeiros em relação à população em idade ativa (15-59 anos). Por outro lado, a razão de dependência total está em queda, movimento determinado pela redução na razão de dependência das crianças (0 a 14 anos) e que deverá perdurar por mais algumas décadas, criando a oportunidade para a realização de reformas previdenciárias mais robustas. No tocante à sustentabilidade do RGPS, entretanto, deve-se considerar que a melhoria na razão de dependência entre grupos populacionais (ativos e inativos) pode não produzir efeitos sobre a razão entre beneficiários e contribuintes do sistema. Essa melhoria dependerá também da evolução da cobertura previdenciária, que em muitos estados tende a ser bastante limitada. Por outro lado, a baixa cobertura também pode ser tomada como uma oportunidade para o RGPS: sua expansão teria o mesmo efeito de um aumento na População em Idade Ativa, o que pode ser uma política a ser empreendida para compensar a redução na PIA, que ocorrerá a partir da próxima década.

Finalmente, vale destacar que a forte migração rural-urbana interfere nas taxas de fecundidade e mortalidade, bem como em uma variedade de indicadores passíveis de serem afetados pelo grau de urbanização do país. Existe uma vasta literatura especializada tratando das consequências sociais e econômicas deste processo migratório, freqüentemente associado ao aumento no contingente de cidadãos vivendo em condições precárias nos grandes centros urbanos. No âmbito da Previdência Social, um efeito importante diz respeito à migração entre diferentes categorias de segurados: de um lado, a categoria dos Segurados Especiais, mais focada na comprovação da atividade econômica rural¹¹; de outro,

¹¹ O Segurado Especial é definido como o trabalhador rural que atua com sua família em atividade indispensável a sua subsistência, ou em condições de mutua dependência e colaboração. Nesta categoria estão incluídos o produtor, parceiro, meeiro e o arrendatário rurais, o garimpeiro

as diversas categorias associadas aos segurados urbanos, para as quais a vinculação expressa com a contribuição financeira ao RGPS é inevitável. Essa combinação - de maior exposição à vulnerabilidade sócio-econômica, com regras previdenciárias de maior viés contributivo - tem potencial para afetar a cobertura previdenciária de ativos (curto-prazo) e inativos (médio-longo prazos).

Estas e outras questões mais afeitas à formulação e ao acompanhamento de políticas de inclusão previdenciária poderão ser exploradas em um futuro próximo, quando o IBGE divulgar dados e indicadores relativos às dimensões trabalho e previdência do Censo 2010. Uma possível continuação deste trabalho deverá contemplar o mapeamento da cobertura previdenciária no país, bem como um estudo mais detalhado acerca da evolução dos principais indicadores de proteção das pessoas ativas e inativas.

e o pescador artesanal, bem como os respectivos cônjuges que exerçam suas atividades em regime de economia familiar, sem empregados permanentes. Esse segurado está obrigado a recolher uma contribuição de 2,1% sobre a receita bruta decorrente da comercialização da sua produção.

RECEITAS E DESPESAS

Saldo Previdenciário e Arrecadação

Necessidade de Financiamento (INPC de Abr/2011)

No mês (Abr/2011)	R\$ 5,73	bilhões
Acumulado em 2011	R\$ 15,33	bilhões
Últimos 12 meses	R\$ 42,46	bilhões

Toda a análise feita nesta seção está baseada em valores deflacionados pelo INPC. Valores nominais terão referência expressa ao longo do texto.

Resultado das Áreas Urbana e Rural

Em abril de 2011, a arrecadação líquida urbana, incluída a arrecadação Comprev, foi de R\$ 18,1 bilhões, crescimento de 1,7% (+R\$ 300,2 milhões) em relação a março de 2011 e de 6,7% (+R\$ 1,1 bilhão) frente a abril de 2010, o que é reflexo, em boa medida, do bom desempenho do mercado de trabalho formal. A arrecadação líquida rural foi de R\$ 482,2 milhões, aumento de 24,9% (+R\$ 96,0 milhões) em relação ao mês anterior e de 14,1% (+R\$ 59,5 milhões) quando comparado a abril de 2010, o que pode ser resultado da safra agrícola, principalmente, do aumento na produção do arroz, da soja e do milho.

Tabela 1

Arrecadação Líquida, Despesa com Benefícios Previdenciários e Resultado Previdenciário, segundo a clientela urbana e rural (2010 e 2011) – Abr/2010, Mar/2011, Abr/2011 e Acumulado Janeiro a Abril (2010 e 2011) – em R\$ milhões de Abril/2011 – INPC

ITEM	ABR-10	MAR-11	ABR-11	VAR. % (C / B)	VAR. % (C / A)	ACUMULADO (JAN A ABR)		VAR. %
	(A)	(B)	(C)			2010	2011	
1. Arrecadação Líquida (1.1 + 1.2 + 1.3 + 1.4)	17.358,3	18.150,0	18.546,2	2,2	6,8	66.047,7	72.166,6	9,3
1.1 Arrecadação Líquida Urbana	16.935,5	17.763,7	18.063,9	1,7	6,7	64.486,5	70.572,5	9,4
1.2 Arrecadação Líquida Rural	422,7	386,2	482,2	24,9	14,1	1.561,0	1.593,5	2,1
1.3 Comprev	0,0	0,1	0,1	(28,5)	79,0	0,2	0,6	225,5
2. Despesa com Benefícios (2.1 + 2.2 + 2.3)	20.559,7	21.308,1	24.275,6	13,9	18,1	84.555,3	87.495,9	3,5
2.1 Benefícios Previdenciários	20.042,8	20.924,0	20.946,7	0,1	4,5	79.367,9	83.159,1	4,8
2.1.1 Urbano	15.576,9	16.305,1	16.352,2	0,3	5,0	61.662,2	64.848,0	5,2
2.1.2 Rural	4.465,8	4.619,0	4.594,5	(0,5)	2,9	17.705,7	18.311,1	3,4
2.2 Passivo Judicial	404,4	283,7	3.221,5	1.035,5	696,6	4.745,6	3.920,2	(17,4)
2.2.1 Urbano	314,3	221,1	2.514,9	1.037,5	700,2	3.648,6	3.059,4	(16,1)
2.2.2 Rural	90,1	62,6	706,6	1.028,3	684,2	1.097,0	860,7	(21,5)
2.3 Comprev	112,6	100,3	107,4	7,1	(4,5)	441,9	416,6	(5,7)
3. Resultado Previdenciário (1 - 2)	(3.201,5)	(3.158,1)	(5.729,5)	81,4	79,0	(18.507,6)	(15.329,3)	(17,2)
3.1 Urbano (1.1 + 1.3 - 2.1.1 - 2.2.1 - 2.3)	931,8	1.137,3	(910,6)	(180,1)	(197,7)	(1.266,0)	2.249,0	(277,7)
3.2 Rural (1.2 - 2.1.2 - 2.2.2)	(4.133,2)	(4.295,4)	(4.818,9)	12,2	16,6	(17.241,7)	(17.578,4)	2,0

Fonte: INSS (fluxo de caixa ajustado pelo sistema Informar)

Elaboração: SPS/MPS

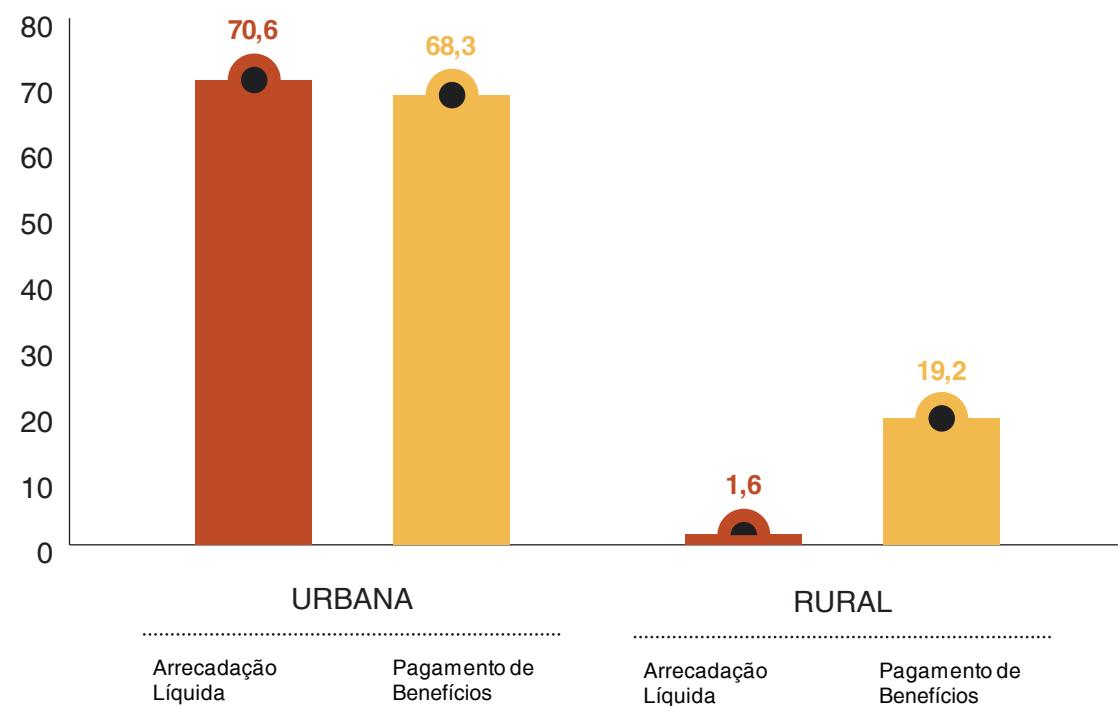
A despesa com pagamento de benefícios urbano, incluídas as despesas com sentenças judiciais urbanas e Comprev, foi de R\$ 19,0 bilhões, em abril de 2011, aumento de 14,1% (+R\$ 2,3 bilhões) em relação a março deste mesmo ano e de 18,6% (+R\$ 3,0 bilhões), quando comparada a abril de 2010. A despesa rural, incluídas as sentenças judiciais rurais, foi de R\$ 5,3 bilhões em abril de 2011, elevação de 13,2% (+R\$ 619,5 milhões), frente a março de 2011 e de 16,4% (+R\$ 745,2 milhões), quando comparado ao mês correspondente de 2010. Esses crescimentos podem ser explicados pelo pagamento de sentenças judiciais, no mês de abril de 2011, no valor total de R\$ 3,2 bilhões, sendo R\$ 2,5 bilhões para a clientela urbana e R\$ 706,6 milhões, para a rural. Em 2010, o pagamento de sentenças judiciais foi efetuado no mês de março, no montante de R\$ 3,7 bilhões.

Em abril de 2011, a clientela urbana registrou uma necessidade de financiamento de R\$ 910,6 milhões, em decorrência do pagamento de R\$ 2,5 bilhões em sentenças judiciais. É importante destacar que a clientela urbana apresentou superávit nos meses de março de 2011 e abril de 2010. A necessidade de financiamento da clientela rural foi de R\$ 4,8 bilhões, aumento de 12,2% (+R\$ 523,5 milhões), frente a março de 2011, e de 16,6% (+R\$ 685,7 milhões), quando comparado ao mês correspondente de 2010.

No acumulado de janeiro a abril de 2011, a arrecadação líquida na área urbana, incluída a arrecadação Comprev, somou R\$ 70,6 bilhões e na rural R\$ 1,6 bilhão. A despesa com benefícios previdenciários urbanos, incluídas as despesas com sentenças judiciais urbanas e Comprev, totalizou R\$ 68,3 bilhões e a despesa rural, incluídas as sentenças judiciais rurais, R\$ 19,2 bilhões. No acumulado de 2011, o meio urbano somou um superávit de R\$ 2,2 bilhões, contra uma necessidade de financiamento de R\$ 1,3 bilhão, no primeiro quadrimestre de 2010. Já no meio rural, a necessidade de financiamento no acumulado de janeiro a abril de 2011 foi de R\$ 17,6 bilhões, 2,0% (+R\$ 336,7 milhões) superior ao valor registrado no mesmo período de 2010. A necessidade de financiamento extremamente alta no meio rural é consequência da importante política de inclusão previdenciária destinada aos trabalhadores rurais que vivem em regime de economia familiar.

Gráfico 1

**Evolução da Arrecadação Líquida, Despesa com Benefícios Previdenciários e Resultado Previdenciário, segundo a clientela urbana e rural - Acumulado até Abril
R\$ bilhões de Abril/2011 - INPC**



Fonte: INSS (fluxo de caixa ajustado pelo sistema Informar)

Elaboração: SPS/MPS

Resultado em Conjunto das Áreas Urbana e Rural

A arrecadação líquida da Previdência Social, em abril de 2011, foi de R\$ 18,5 bilhões, superior 2,2% (+R\$ 396,2 milhões) à de março de 2011, e de 6,8% (+R\$ 1,2 bilhão), frente a abril de 2010. As despesas com benefícios previdenciários alcançaram o montante de R\$ 24,3 bilhões, aumento de 13,9% (+R\$ 3,0 bilhões) em relação a março de 2011 e de 18,1% (+R\$ 3,7 bilhões), quando comparado ao mês correspondente de 2010, o que resultou na necessidade de financiamento de R\$ 5,7 bilhões. O confronto com os meses de março de 2011 e abril de 2010 mostra um crescimento elevado na necessidade de financiamento em função do pagamento de R\$ 3,2 bilhões com sentenças judiciais ocorrida nesse mês, fato que prejudica sua comparação, conforme pode ser visto na Tabela 2

Tabela 2

Arrecadação Líquida, Benefícios Previdenciários e Saldo Previdenciário – Abril/2010, Março/2011, Abril/2011 e Acumulado de Janeiro a Abril (2010 e 2011) – Valores em R\$ milhões de Abril/2011 - INPC

	ABR-10 (A)	MAR-11 (B)	ABR-11 (C)	VAR.% (C / B)	VAR.% (C / A)	ACUM. JAN.A ABR/10	ACUM. JAN.A ABR/11	VAR.%
1. Arrecadação Líquida (1.1 + 1.2 + 1.3 + 1.4)	17.358,3	18.150,0	18.546,2	2,2	6,8	66.047,7	72.166,6	9,3
1.1. Receitas Correntes	18.193,7	19.257,4	19.636,8	2,0	7,9	71.122,5	77.863,7	9,5
Pessoa Física (1)	660,1	705,2	696,9	(1,2)	5,6	2.577,1	2.758,2	7,0
SIMPLES - Recolhimento em GPS (2)	690,4	749,5	748,5	(0,1)	8,4	2.746,8	3.042,9	10,8
SIMPLES - Repasse STN (3)	1.389,0	1.456,3	1.528,2	4,9	10,0	5.351,0	6.293,9	17,6
Empresas em Geral	11.746,6	12.618,7	12.655,5	0,3	7,7	46.350,7	50.646,5	9,3
Entidades Filantrópicas (4)	136,7	148,6	144,8	(2,6)	5,9	557,3	590,9	6,0
Órgãos do Poder Público - Recolhimento em GPS (5)	1.144,9	1.195,1	1.189,4	(0,5)	3,9	4.497,8	4.591,5	2,1
Órgãos do Poder Público - Retenção FPM/FPE (6)	423,4	439,1	483,6	10,1	14,2	1.634,3	1.840,9	12,6
Clubes de Futebol	7,3	6,6	16,5	147,8	124,0	27,2	37,4	37,4
Comercialização da Produção Rural (7)	301,3	260,7	358,6	37,6	19,0	1.023,0	1.050,8	2,7
Retenção (11%)	1.442,1	1.479,2	1.547,1	4,6	7,3	5.452,2	6.147,4	12,8
Fundo de Incentivo ao Ensino Superior - FIES (10)	64,1	0,0	72,0	-	12,3	186,1	116,0	(37,6)
Reclamatória Trabalhista	180,5	190,5	187,4	(1,6)	3,8	670,6	696,3	3,8
Outras Receitas	7,1	7,9	8,4	6,1	17,7	48,3	50,8	5,1
1.2. Recuperação de Créditos	874,8	796,6	812,4	2,0	(7,1)	2.979,6	3.330,9	11,8
Arrecadação / Comprev / Dec.6.900/09	0,0	0,1	0,1	(28,5)	79,0	0,2	0,6	225,5
Arrecadação / Lei 11.941/09	186,2	190,8	179,8	(5,8)	(3,5)	737,7	709,8	(3,8)
Programa de Recuperação Fiscal - REFIS (11)	11,5	9,7	10,2	5,2	(10,8)	44,1	40,4	(8,3)
Depósitos Judiciais - Recolhimentos em GPS (12)	0,5	0,7	0,8	11,7	42,5	3,7	2,5	(31,1)
Depósitos Judiciais - Repasse STN (13)	305,6	108,2	125,3	15,8	(59,0)	588,9	509,6	(13,5)
Débitos (14)	69,4	73,1	60,3	(17,5)	(13,1)	234,6	306,6	30,7
Parcelamentos Convencionais (15)	301,6	414,1	436,0	5,3	44,6	1.370,5	1.761,3	28,5
1.3. Restituições de Contribuições (16)	(34,9)	(22,1)	(53,6)	142,7	53,6	(102,3)	(96,3)	(5,9)
1.4. Transferências a Terceiros	(1.675,3)	(1.882,0)	(1.849,4)	(1,7)	10,4	(7.952,2)	(8.931,7)	12,3
2. Despesas com Benefícios Previdenciários	20.559,7	21.308,1	24.275,6	13,9	18,1	84.555,3	87.495,9	3,5
Pagos pelo INSS	20.155,3	21.024,3	21.054,2	0,1	4,5	79.809,8	83.575,8	4,7
Sentenças Judiciais - TRF (17)	404,4	283,7	3.221,5	1.035,5	696,6	4.745,6	3.920,2	(17,4)
3. Resultado Previdenciário (1 – 2)	(3.201,5)	(3.158,1)	(5.729,5)	81,4	79,0	(18.507,6)	(15.329,3)	(17,2)

Fonte: INSS (fluxo de caixa ajustado pelo sistema Informar) • Elaboração: SPS/MPS

Obs. Para algumas rubricas de arrecadação: calculados percentuais de participação de cada rubrica na arrecadação, apurada através do sistema INFORMAR, e aplicados posteriormente à arrecadação bancária do fluxo de caixa do INSS

- (1) Contribuinte Individual, Empregado Doméstico, Segurado Especial e Facultativo.
- (2) Recolhimento em Guia da Previdência Social - GPS - relativo à contribuição do segurado empregado de empresas optantes pelo SIMPLES.
- (3) Repasse, pela Secretaria do Tesouro Nacional, dos valores recolhidos relativos à cota patronal de empresas optantes pelo SIMPLES.
- (4) Recolhimento relativo à contribuição do segurado empregado de Entidades Filantrópicas das áreas de saúde, educação e assistência social, que têm isenção da cota patronal.
- (5) Recolhimento em Guia da Previdência Social - GPS - em relação aos servidores da administração direta, autarquias e fundações, da União, Estados e Municípios, vinculados ao RGPS.
- (6) Valores retidos do Fundo de Participação dos Estados - FPE - ou do Fundo de Participação dos Municípios - FPM - para pagamento das contribuições correntes de Estados e Municípios..
- (7) Valores recolhidos por Produtores Rurais Pessoa Física e Jurídica, quando da comercialização de sua produção.
- (8) Dívida dos hospitais junto à Previdência repassada ao INSS através do Fundo Nacional de Saúde - FNS.
- (9) Valor do resgate de Certificados da Dívida Pública - CDP - junto ao Tesouro Nacional.
- (10) Dívida das universidades junto à Previdência repassada ao INSS através do Fundo de Incentivo ao Ensino Superior - FIES.
- (11) Arrecadação proveniente do Programa de Recuperação Fiscal, que promove a regularização de créditos da União, decorrentes de débitos de pessoas jurídicas, relativos a tributos e contribuições administrados pela SRF e pelo INSS.
- (12) Recolhimento em Guia da Previdência Social - GPS - de parcelas de créditos previdenciários das pessoas jurídicas que ingressam com ações contra a Previdência
- (13) Valor repassado pela Secretaria do Tesouro Nacional referente à parcela do crédito previdenciário das pessoas jurídicas que ingressam com ações contra a Previdência (Lei nº 9.709/98).
- (14) Débitos quitados através de Guia da Previdência Social - GPS - ou recebidos em decorrência de Contrato de Assunção, Confissão e Compensação de Créditos.
- (15) Pagamento de parcelamentos não incluídos em programa específico de recuperação de crédito.
- (16) Inclui Ressarcimentos de Arrecadação
- (17) Pagamento de precatórios de benefícios e de requisições de pequeno valor resultantes de execuções judiciais. A Lei nº 10.524, de 25.07.2002, no seu art. 28, determinou que as dotações orçamentárias para pagamento destes valores seriam descentralizadas aos Tribunais, não mais sendo pagas pelo INSS.

O crescimento na arrecadação líquida pode ser explicado pelo bom momento vivido pela economia brasileira, principalmente com a evolução positiva no mercado de trabalho formal. A arrecadação líquida registrou na sua série histórica, em abril de 2011, o seu segundo maior valor (desconsiderados os meses de dezembro, nos quais há um incremento significativo de arrecadação em virtude do décimo terceiro salário). O aumento da despesa de benefícios previdenciários foi fortemente influenciado pelo valor de R\$ 3,2 bilhões registrado em sentenças judiciais, quando houve pagamento de grande parte dos precatórios neste mês.

Ainda na comparação entre abril de 2011 e 2010, o valor de benefícios pagos pelo INSS (excluindo-se as sentenças judiciais) aumentou 4,5% (+R\$ 898,8 milhões) e permaneceu praticamente invariável em relação ao mês de março de 2011.

No acumulado de janeiro a abril de 2011, a arrecadação líquida e as despesas com benefícios previdenciários chegaram, respectivamente, a R\$ 72,2 bilhões e R\$ 87,5 bilhões, resultando na necessidade de financiamento de R\$ 15,3 bilhões. Comparando com o mesmo período de 2010, a arrecadação líquida cresceu 9,3% (+R\$ 6,1 bilhões), e as despesas com benefícios previdenciários 3,5% (+R\$ 2,9 bilhões). Já a necessidade de financiamento registrou queda de 17,2% (-R\$ 3,2 bilhões).

É importante destacar que a arrecadação líquida previdenciária acumulada no ano continua a crescer em patamar superior ao crescimento do pagamento com benefícios previdenciários, fato registrado no fechamento dos anos de 2007, 2008 e 2010. Em 2009 a arrecadação líquida cresceu 6,1% e a despesa cresceu 7,3%.

Dentre os fatores que explicam o incremento da arrecadação líquida no ano de 2011, os principais são: (i) o crescimento do mercado de trabalho formal; (ii) o empenho gerencial na expansão da arrecadação como um todo; (iii) a elevação do teto do RGPS a partir de janeiro de 2011, fato que ampliou a base de contribuição e elevou as receitas correntes.

Entre os principais fatores que contribuíram para o crescimento da despesa com benefícios previdenciários, pode-se citar: (i) o reajuste concedido ao salário mínimo, em janeiro de 2011, que em abril determinou o valor recebido por 66,4% dos beneficiários da Previdência Social; (ii) o crescimento vegetativo, natural, do estoque de benefícios; (iii) reajuste dos benefícios com valor superior a 1 salário mínimo, concedido em janeiro de 2011, com base no INPC do período de janeiro a dezembro de 2010.

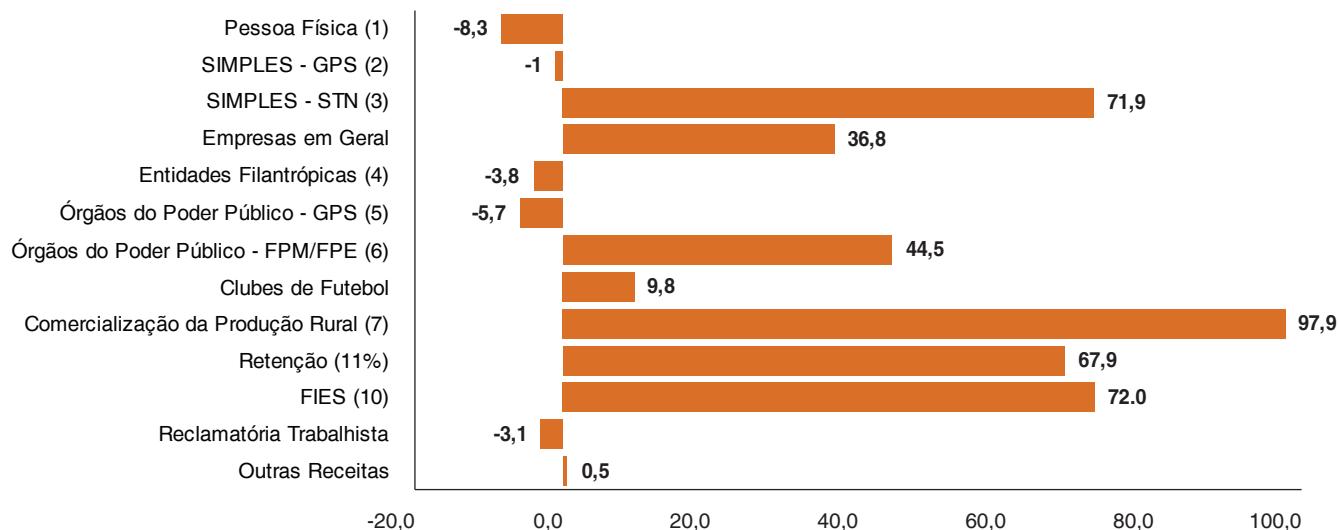
Receitas Correntes e Mercado de Trabalho

As receitas correntes foram de R\$ 19,6 bilhões, em abril de 2011, aumento de 2,0% (+R\$ 379,4 milhões), frente ao mês de março de 2011, e de R\$ 7,9% (+R\$ 1,4 bilhão), quando comparado a abril de 2010. Merece destaque a rubrica de empresas em geral, com leve aumento de 0,3% (+R\$ 36,8 milhões), entre abril de 2011 e o mês anterior, mas forte crescimento (7,7%, ou seja, +R\$ 908,9 milhões) na

comparação com abril de 2010. O recolhimento das empresas optantes pelo SIMPLES aumentou 3,2% (+R\$ 70,9 milhões) frente a março deste ano e 9,5% (+R\$ 197,3 milhões) em relação a abril de 2010.

Gráfico 2

Variação das Receitas Correntes (abril) de 2011 em relação ao mês anterior - Em R\$ milhões de abril/2011 (INPC)

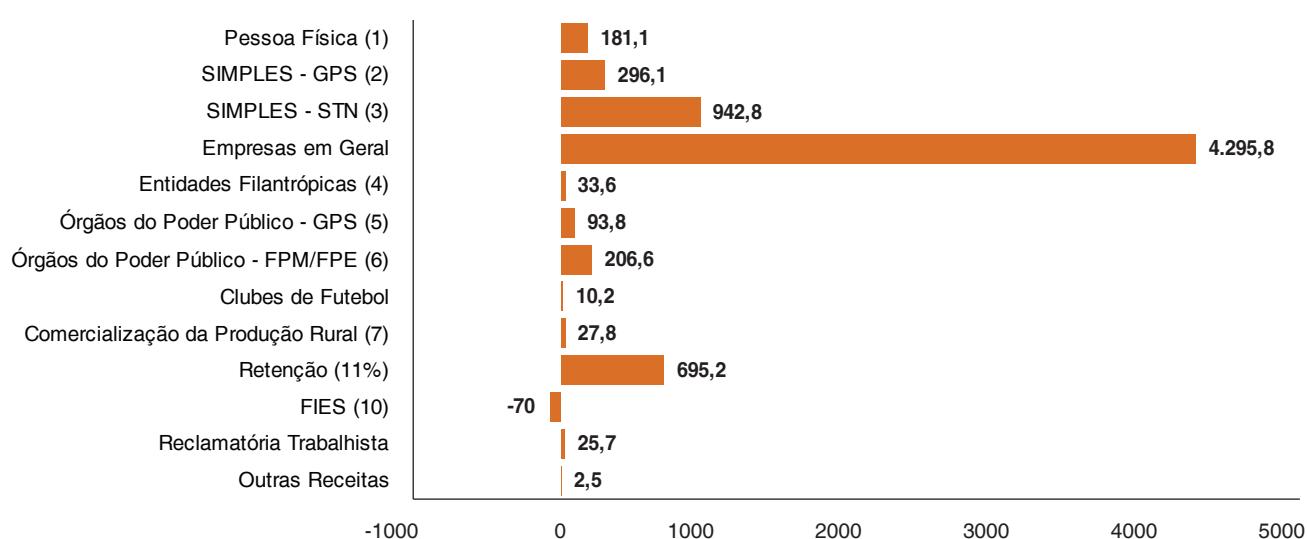


Fonte: INSS (fluxo de caixa ajustado pelo sistema Informar) • Elaboração: SPS/MPS

No acumulado de janeiro a abril de 2011 as receitas correntes somaram R\$ 77,9 bilhões, 9,5% (+R\$ 6,7 bilhões) superior o registrado no mesmo período de 2010. Quase todas as rubricas de receitas correntes apresentaram crescimento em relação ao mesmo período de 2010, com exceção da rubrica Fundo de Incentivo ao Ensino Superior (FIES), que diminuiu 37,6% (-R\$ 70,0 milhões). Com relação ao desempenho positivo, destacam-se as mais significativas e estreitamente vinculadas ao comportamento do mercado de trabalho: (i) as provenientes das empresas em geral (9,3%, ou seja, +R\$ 4,3 bilhões), (ii) as optantes pelo SIMPLES, inclusive a contribuição dos empregados, (15,3%, ou seja, +R\$ 1,2 bilhão) e (iii) a retenção de 11% por parte de contratantes de serviços prestados mediante empreitada e cessão de mão-de-obra (12,8%, ou seja, +R\$ 695,2 milhões), que representaram juntas 84,9% do total de receitas correntes.

Gráfico 3

Variação das Receitas Correntes (Janeiro a Abril) de 2011 em relação a 2010 - Em R\$ milhões de Abril/2011 (INPC)



Fonte: INSS (fluxo de caixa ajustado pelo sistema Informar) • Elaboração: SPS/MPS

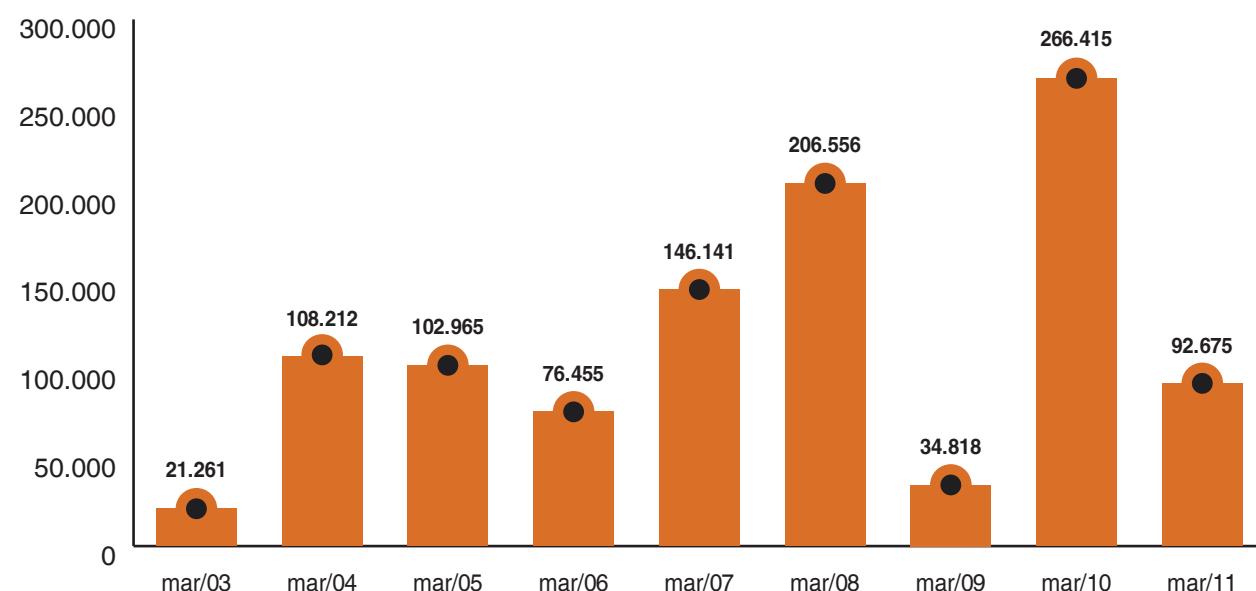
De acordo com a análise desenvolvida, é possível deduzir que, as receitas correntes guardam uma vinculação muito estreita com o mercado de trabalho. Esse fato pode ser percebido ao se analisar os principais indicadores do mercado de trabalho para o mês de março de 2011.

Segundo os dados do CAGED, em março de 2011, foram gerados 92.675 empregos celetistas, equivalentes ao crescimento de 0,25% em relação ao estoque do mês anterior. Esse resultado foi oriundo de 1.765.922 admissões, o terceiro maior número da série do CAGED, e de 1.673.247 desligamentos, o maior da série histórica. Esse comportamento mais modesto em relação aos dois meses anteriores pode ser justificado, em parte, pela antecipação de contratações realizadas pelos estabelecimentos no mês de fevereiro e pela redução do número de dias úteis em março, devido ao período de carnaval. Entre os oito setores de atividade econômica, sete elevaram o nível de emprego no mês, com um deles apresentando saldo recorde, um o segundo melhor resultado e um o terceiro maior saldo para o mês. Em relação aos vinte e cinco subsetores, dezenove expandiram o emprego no mês, com dois deles revelando saldos recordes, três o segundo melhor saldo e um o terceiro maior resultado para o período. Os setores que lideraram a geração de emprego, no mês, foram os Serviços (+60.309 postos ou +0,41%, o terceiro melhor saldo para o mês), a Indústria de Transformação (+14.448 postos ou +0,18%) e a Agricultura (+11.400 postos ou +0,75%, o segundo maior saldo para o período). Merece destaque também a Extrativa Mineral (+1.845 postos ou +0,96%), o único setor que revelou saldo recorde para o mês. No recorte geográfico, dentre as cinco grandes regiões, quatro evidenciaram aumento no nível de emprego: Sudeste (+75.208 postos ou +0,38%), Sul (+35.734 postos ou +0,54%), Centro-Oeste (+10.551 postos ou +0,39%) e Norte (+2.831 postos ou +0,18%). A única exceção ficou por conta da região Nordeste, que, em razão da presença de fatores sazonais negativos, registrou queda de 31.649 postos de trabalho (-0,55%).

Ao se observar o comportamento do emprego formal nos meses de março de cada ano, desde 2003 até 2011, pode-se perceber que a geração de emprego em março deste ano está bem abaixo do registrado em 2010, mas se encontra em um patamar médio próximo do observado em 2004, 2005 e 2006.

Gráfico 4

Evolução do Emprego Formal em março de cada ano – 2003 a 2011 (CAGED)



Fonte: CAGED/MTE (dado obtido em 18/05/2011)

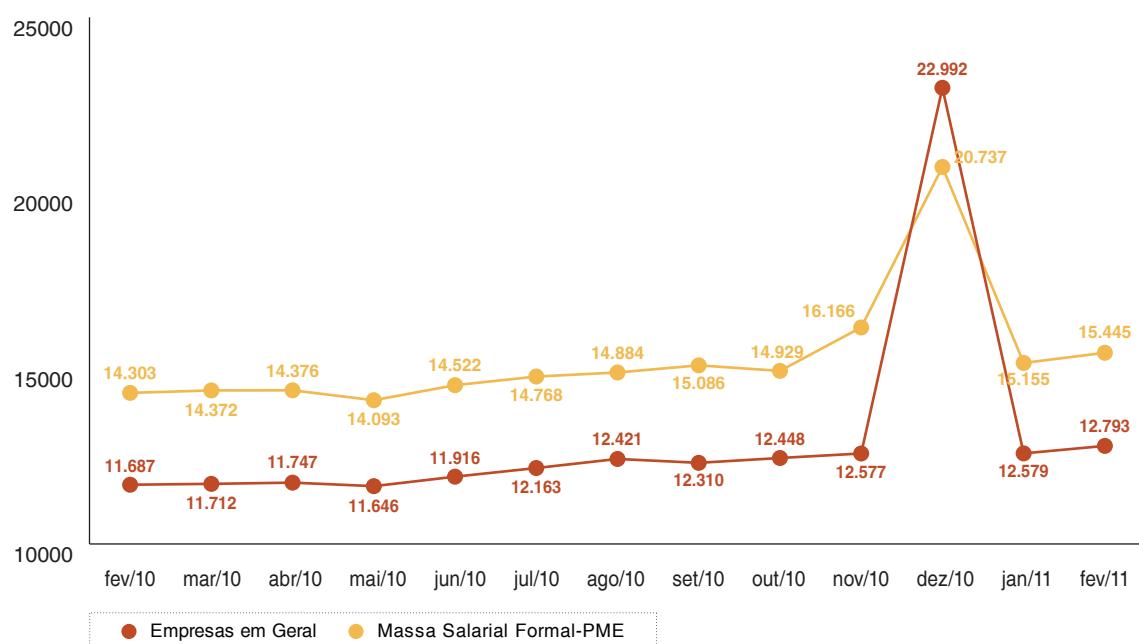
De acordo com os resultados da Pesquisa Mensal de Emprego, a população ocupada foi estimada em 22,3 milhões em março de 2011 no agregado das seis regiões, apresentando estabilidade em relação ao mês anterior. No confronto com março de 2010, verificou-se elevação de 2,4% nessa estimativa, representando um adicional de 531 mil ocupados no intervalo de 12 meses. A análise da ocupação, segundo os grupamentos de atividade, mostrou que, de fevereiro para março, todos os grupamentos

mantiveram-se estáveis, exceto os Serviços domésticos que registrou elevação de 4,1%. No confronto anual, houve acréscimo no contingente de trabalhadores dos Serviços prestados à empresas, aluguéis, atividades imobiliárias e intermediação financeira, 4,1%, e dos Outros serviços (alojamento, alimentação, transporte, armazenagem e comunicações, limpeza urbana, atividades associativas, culturais e desportivas e serviços pessoais) 3,9%. O número de trabalhadores com carteira de trabalho assinada no setor privado foi estimado em 10,7 milhões em março de 2011 para o conjunto das seis regiões, registrando estabilidade frente a fevereiro. Esta estimativa, na comparação com março de 2010, apresentou elevação de 7,4%, representando um adicional de 739 mil postos de trabalho com carteira assinada no intervalo de um ano. O rendimento médio real habitual dos trabalhadores, apurado em março de 2011 em R\$ 1.557,00, no conjunto das seis regiões, apresentou alta de 0,5% em comparação com fevereiro. Frente a março do ano passado, o poder de compra dos ocupados cresceu 3,8%. O rendimento médio real habitual dos empregados com carteira de trabalho assinada no setor privado, apurado em março de 2011 em R\$ 1.433,70, no conjunto das seis regiões, ficou estável frente a fevereiro. Em relação a março de 2010 aumentou 1,2%.

Uma comparação entre o comportamento da evolução da massa salarial formal, conforme dados da PME, e da arrecadação previdenciária das empresas em geral, conforme fluxo de caixa do INSS, aponta a forte ligação entre as duas variáveis, o que de fato tem sido verificado no forte crescimento da arrecadação líquida previdenciária os últimos anos, resultado, principalmente, do crescimento do mercado de trabalho formal. Nessa comparação específica, só é possível estender a série até fevereiro de 2011, ou seja, sempre dois meses anteriores à divulgação do resultado da Previdência Social.

Gráfico 5

Evolução da Arrecadação de Empresas em Geral e Massa Salarial Formal - PME em 13 meses - em R\$ milhões INPC Mar/2011



Fontes: INSS (fluxo de caixa ajustado pelo sistema INFORMAR); PME/IBGE • Elaboração: SPS/MPS
Obs.: Exclusivo trabalhadores domésticos e trabalhadores não remunerados.

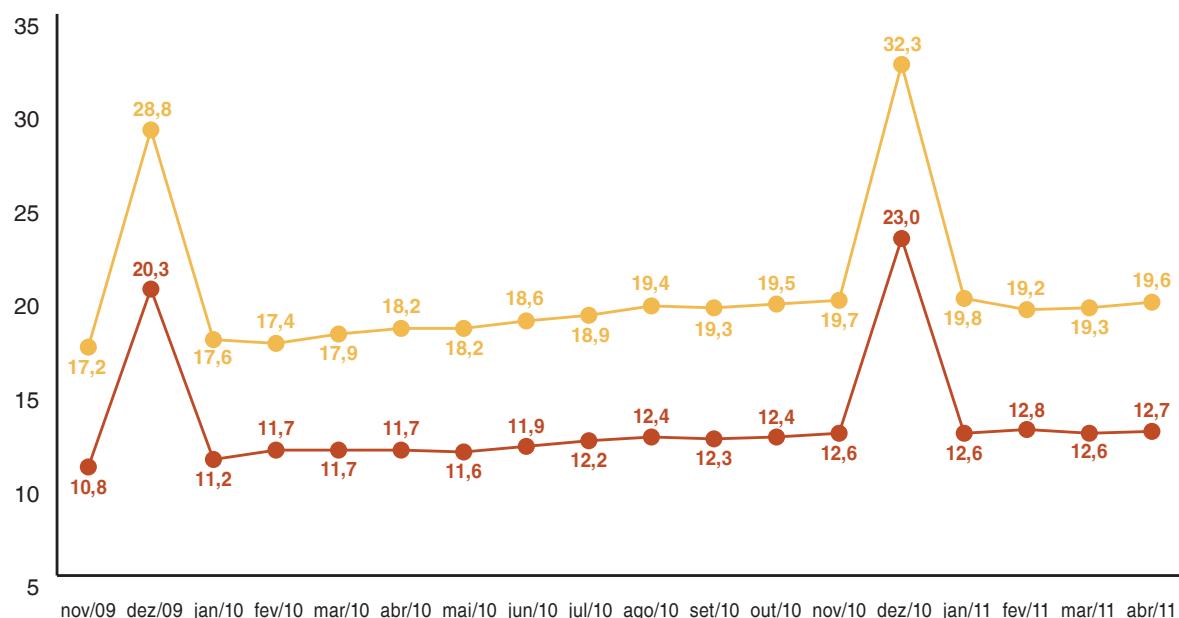
Conforme a Pesquisa Industrial Mensal de Emprego e Salário - PIMES/IBGE, em março de 2011, o emprego industrial repetiu o patamar do mês anterior (0,0%), na série livre de influências sazonais, após avançar 0,5% em fevereiro. Com esses resultados, o índice de média móvel trimestral mostrou ligeira variação positiva (0,2%) entre os trimestres encerrados em março e fevereiro, após apontar variação de 0,1% em fevereiro e ficar estável de outubro a janeiro. Ainda na série com ajuste sazonal, no índice trimestre contra trimestre imediatamente anterior, o pessoal ocupado na indústria cresceu 0,3% nos três primeiros meses de 2011, sétimo trimestre consecutivo de expansão, acumulando nesse

período ganho de 5,7%. Frente a março de 2010, o emprego industrial avançou 2,2%, décima quarta taxa positiva consecutiva nesse tipo de comparação, mas a menos intensa desde fevereiro de 2010 (0,8%). No fechamento do primeiro trimestre do ano observou-se expansão de 2,6% no confronto com igual período do ano anterior. A taxa anualizada, índice acumulado nos últimos doze meses, permaneceu apontando crescimento (3,9%), mas repetiu o resultado de fevereiro. Em março de 2011, o valor da folha de pagamento real dos trabalhadores da indústria ajustado sazonalmente cresceu 0,5% frente ao mês imediatamente anterior, terceira taxa positiva seguida, acumulando nesse período ganho de 6,6%. Com esses resultados, o índice de média móvel trimestral avançou 2,1% entre fevereiro e março, acelerando o ritmo frente aos dois últimos meses: 0,2% em janeiro e 0,9% em fevereiro. Ainda na série com ajuste sazonal, na comparação trimestre contra trimestre imediatamente anterior, o valor da folha de pagamento real mostrou expansão de 3,3% no primeiro trimestre de 2011 e reverteu a queda de 1,5% observada no último trimestre do ano passado.

Os indicadores Industriais da Confederação Nacional da Indústria - CNI, apontam que o indicador dessazonalizado de emprego recuou 0,1%, entre março e fevereiro de 2011, após quatro meses seguidos de avanço. No primeiro trimestre, o emprego dessazonalizado cresceu 0,6% frente ao trimestre anterior. Comparativamente ao mesmo mês do ano anterior, o emprego registrou alta de 3,0% em março. A massa salarial real expandiu-se em 3,7% em março na comparação com o mês anterior (dados originais). O indicador cresceu 6,6% frente ao mesmo trimestre do ano anterior. Comparativamente ao mesmo mês do ano anterior, a massa salarial aumentou 8,1% em março. O rendimento médio real do trabalhador da indústria cresceu 3,7% em março frente a fevereiro. Na média do primeiro trimestre, o indicador cresceu 2,5% frente ao mesmo trimestre do ano anterior. Comparativamente ao mesmo mês do ano anterior, o rendimento médio real expandiu-se 5,0% em março. Após um longo período de registro de taxas expressivas de expansão, quando comparadas com o mesmo mês do ano anterior, o ritmo de crescimento dos setores industriais voltou a ser moderado. Em março, alguns setores passaram a exibir quedas expressivas nessa comparação anual. Dos 19 setores pesquisados, apenas oito registraram variação positiva do faturamento real frente a março de 2010. Esse quadro é bem destoante do ocorrido em fevereiro, quando 17 setores mostraram expansão na mesma base de comparação. A ocorrência do carnaval em março, em vez de fevereiro, explica, em grande parte, a piora dos indicadores. Os segmentos com as quedas mais expressivas do faturamento foram Móveis e diversas (-23,8%) e Têxteis (-10,8%).

Gráfico 6

Arrecadação de Receitas Correntes e Empresas em Geral nos últimos 18 meses – Em R\$ bilhões de Abril/2011 – INPC



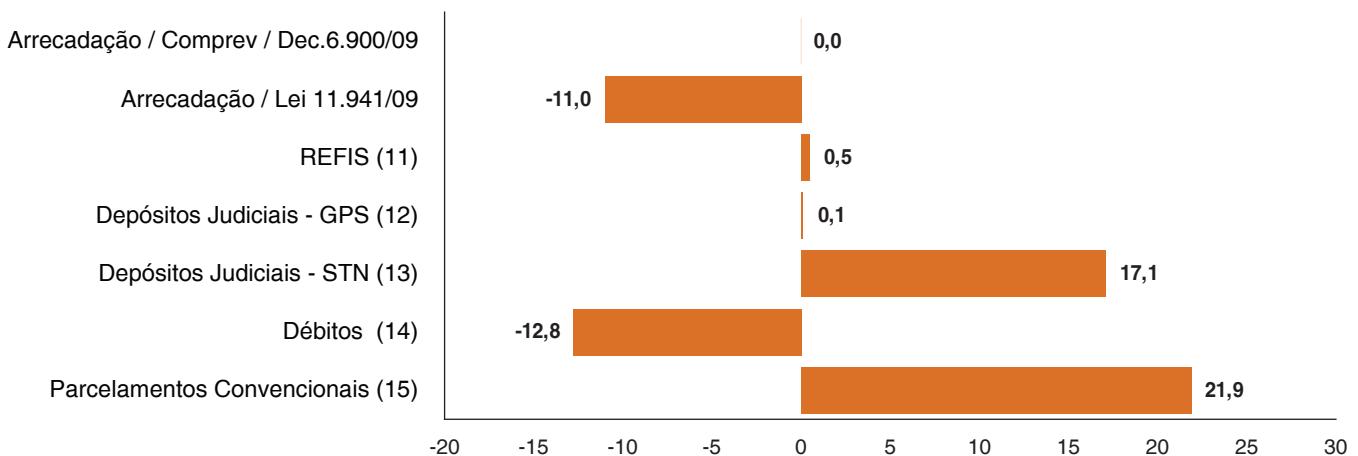
Fonte: INSS (fluxo de caixa ajustado pelo sistema Informar) • Elaboração: SPS/MPS

Receitas Oriundas de Medidas de Recuperação de Créditos

Em abril de 2011, as receitas provenientes de medidas de recuperação de créditos foram de R\$ 812,4 milhões, aumento de 2,0% (+R\$ 15,8 milhões), em relação a março de 2011, e queda de 7,1% (-R\$ 62,4 milhões), frente a abril de 2010. Entre abril de 2011 e o mês anterior, as rubricas Débitos e Arrecadação / Lei 11.941/09, apresentaram redução de 17,5% (-R\$ 12,8 e 5,8% (-R\$ 11,0 milhões), respectivamente. Com relação ao desempenho positivo, destaca-se a rubrica Parcelamentos Convencionais, que subiu 5,3% (+R\$ 21,9 milhões), e representou 53,7% do total das receitas oriundas de medidas de recuperação de créditos, conforme se pode observar no Gráfico 7.

Gráfico 7

Variação das Receitas de Recuperação de Créditos (Abril/2011) em relação ao mês anterior - Em R\$ milhões de Abril/2011 (INPC)

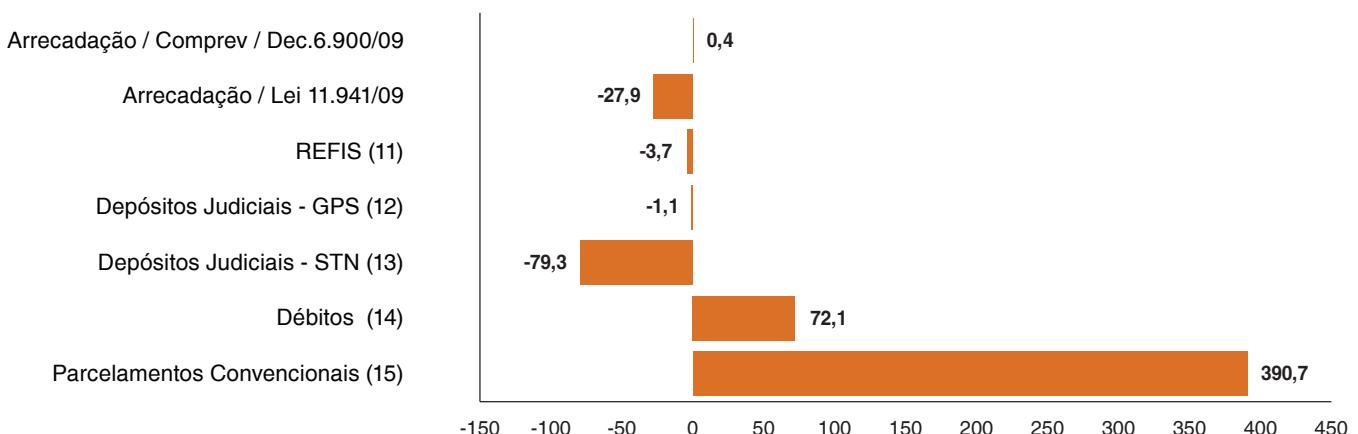


Fonte: INSS (fluxo de caixa ajustado pelo sistema Informar) • Elaboração: SPS/MPS

No acumulado do primeiro quadrimestre de 2011, as receitas originadas de recuperação registraram o montante de R\$ 3,3 bilhões, superior 11,8% (+R\$ 351,2 milhões) em relação ao mesmo período de 2010. As rubricas Parcelamentos Convencionais e Débitos apresentaram elevação de 28,5% (+R\$ 390,7 milhões) e 30,7% (+R\$ 72,1 milhões), respectivamente, e representaram juntas 62,1% do total das receitas de recuperação de crédito, conforme pode ser visto no Gráfico 8.

Gráfico 8

Variação das Receitas de Recuperação de Créditos (Janeiro a Abril) de 2011 em relação a 2010 - Em R\$ milhões de Abril/2011 (INPC)



Fonte: INSS (fluxo de caixa ajustado pelo sistema Informar) • Elaboração: SPS/MPS

Benefícios Emitidos e Concedidos

Em abril de 2011, a quantidade de benefícios emitidos foi de 28,4 milhões de benefícios, aumento de 0,4% (+119,8 mil benefícios), em relação ao mês anterior e de 4,0% (+1,1 milhão de benefícios) frente a abril de 2010. Entre abril de 2011 e março de 2011, os Benefícios Previdenciários apresentaram maiores crescimentos, em termos absolutos, de +99,1 mil benefícios, seguido dos Benefícios Assistenciais e Acidentários, que aumentaram +15,8 mil e +4,8 mil benefícios, respectivamente, conforme pode ser visto na Tabela 3.

Tabela 3

Evolução da Quantidade de Benefícios Emitidos pela Previdência Social (Abr/2010, Mar/2011 e Abr/2011)

	ABR-10 (A)	MAR-II (B)	ABR-II (C)	VAR. % (C / B)	VAR. % (C / A)	MÉDIA JAN. A ABR-10	MÉDIA JAN. A ABR-II	VAR. %
TOTAL	27.302.364	28.273.718	28.393.504	0,4	4,0	27.126.261	28.269.619	4,2
PREVIDENCIÁRIOS	2.931.030	23.702.222	23.801.358	0,4	3,8	22.791.671	23.699.799	4,0
Aposentadorias	5.236.097	15.707.965	15.758.652	0,3	3,4	15.160.035	15.695.523	3,5
Idade	7.949.345	8.216.401	8.242.722	0,3	3,7	7.907.242	8.209.833	3,8
Invalidez	2.920.771	2.966.678	2.971.901	0,2	1,8	2.909.746	2.965.429	1,9
Tempo de Contribuição	4.365.981	4.524.886	4.544.029	0,4	4,1	4.343.048	4.520.261	4,1
Pensão por Morte	6.510.908	6.665.667	6.678.082	0,2	2,6	6.486.004	6.660.005	2,7
Auxílio-Doença	1.057.559	1.199.200	1.226.459	2,3	16,0	1.025.887	1.212.836	18,2
Salário-Maternidade	71.768	68.648	75.823	10,5	5,7	66.398	70.415	6,0
Outros	54.698	60.742	62.342	2,6	14,0	53.347	61.020	14,4
ACIDENTÁRIOS	791.240	821.652	826.414	0,6	4,4	785.015	824.826	5,1
Aposentadorias	161.805	167.882	168.610	0,4	4,2	160.770	167.660	4,3
Pensão por Morte	126.332	124.989	124.869	(0,1)	(1,2)	126.466	125.058	(1,1)
Auxílio-Doença	152.775	175.254	178.879	2,1	17,1	147.920	178.562	20,7
Auxílio-Accidente	276.634	282.181	282.955	0,3	2,3	275.852	282.104	2,3
Auxílio-Suplementar	73.694	71.346	71.101	(0,3)	(3,5)	74.008	71.443	(3,5)
ASSISTENCIAIS	3.569.851	3.738.836	3.754.641	0,4	5,2	3.539.503	3.733.975	5,5
Amparos Assistenciais - LOAS	3.244.131	3.445.183	3.464.157	0,6	6,8	3.209.653	3.439.119	7,1
Idoso	1.567.219	1.638.135	1.644.645	0,4	4,9	1.555.132	1.636.080	5,2
Portador de Deficiência	1.676.912	1.807.048	1.819.512	0,7	8,5	1.654.521	1.803.040	9,0
Pensões Mensais Vitalícias	14.656	14.132	14.063	(0,5)	(4,0)	14.716	14.158	(3,8)
Rendas Mensais Vitalícias	311.064	279.521	276.421	(1,1)	(11,1)	315.134	280.698	(10,9)
Idade	80.732	68.831	67.696	(1,6)	(16,1)	82.299	69.256	(15,8)
Invalidez	230.332	210.690	208.725	(0,9)	(9,4)	232.835	211.442	(9,2)
ENCARGOS PREVIDENCIÁRIOS DA UNIÃO (EPU)	10.243	11.008	11.091	0,8	8,3	10.072	11.020	9,4

Fontes: Anuário Estatístico da Previdência Social - AEPS; Boletim Estatístico da Previdência Social - BEPS

Elaboração: SPS/MPS

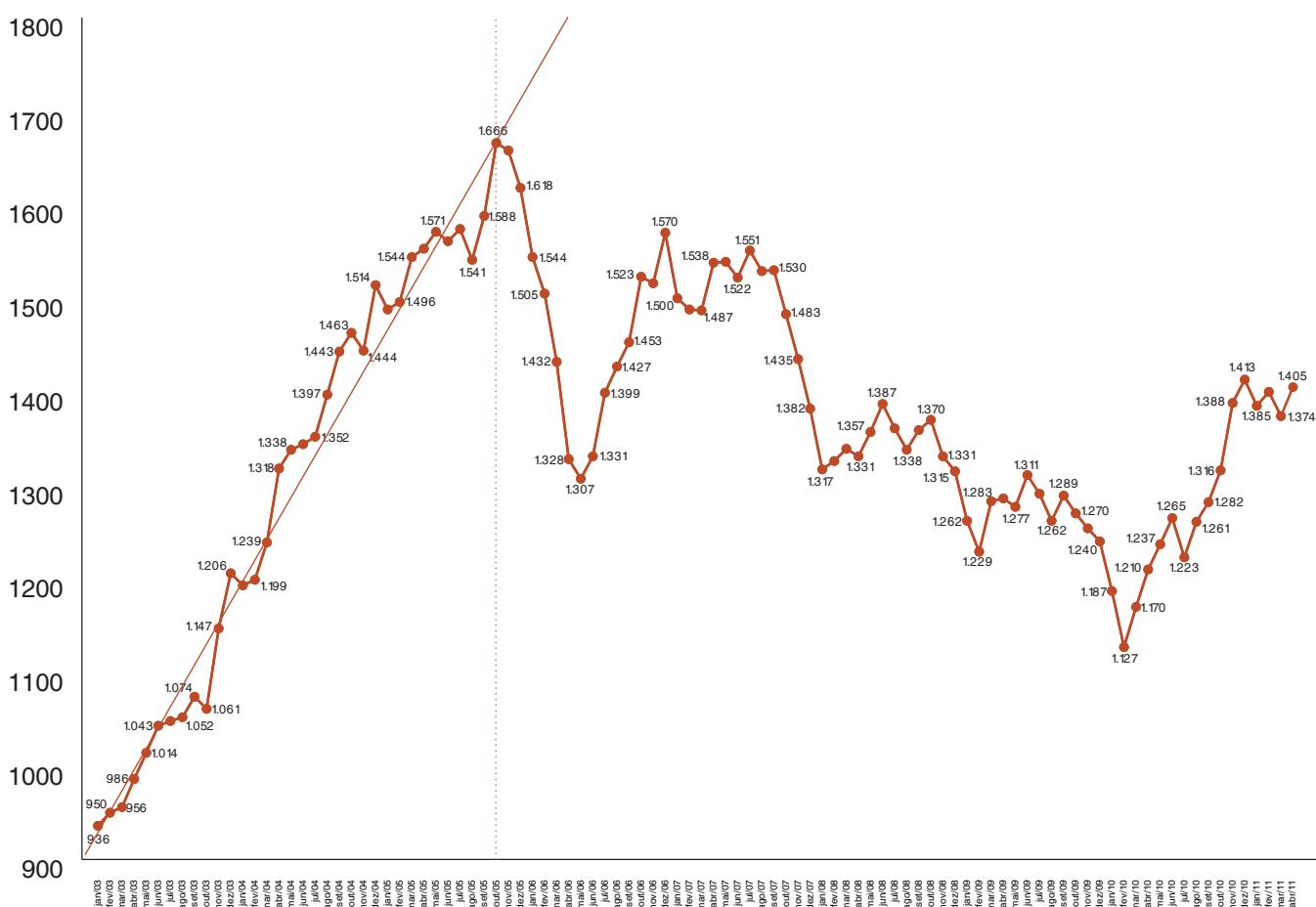
O estoque de auxílio-doença (previdenciário e acidentário) registrou em abril de 2011 aumento de 2,2% (+30,9 mil benefícios), frente a março de 2011. É interessante observar que na série, desde janeiro de 2003 (Gráfico 9), há uma quebra na tendência de crescimento em outubro de 2005, em função basicamente de algumas medidas de gestão adotadas pelo MPS, que inverteram a forte tendência de crescimento. Naquele mês o estoque de auxílio-doença já atingia quase 1,7 milhão e despencou para

1,1 milhão em julho de 2010, quando volta a sofrer nova inflexão na tendência de queda. Nesse caso, o novo crescimento pode estar diretamente relacionado com o reforço no quadro de médicos peritos nas Agências da Previdência Social, que ampliou o atendimento, e consequentemente a concessão de auxílio-doença nos últimos meses de 2010 e no primeiro quadrimestre deste ano.

Sabe-se que a quantidade de auxílio-doença aumenta tanto quanto a economia apresenta recessão quanto quando está em forte crescimento. A economia brasileira vem passando por anos de aceleração nas atividades econômicas, apresentando inclusive recordes de geração de novos postos de trabalho. Isso contribui para o maior número de auxílio-doença concedido na medida em que mais trabalhadores estão ocupados e trabalhando com mais intensidade, o que leva a mais lesões ocupacionais e acidentes de trabalho.

Gráfico 9

Evolução de Auxílios-Doença emitidos (Previdenciários e Acidentários) – Janeiro de 2003 a Abril de 2011 (Em Mil Benefícios)



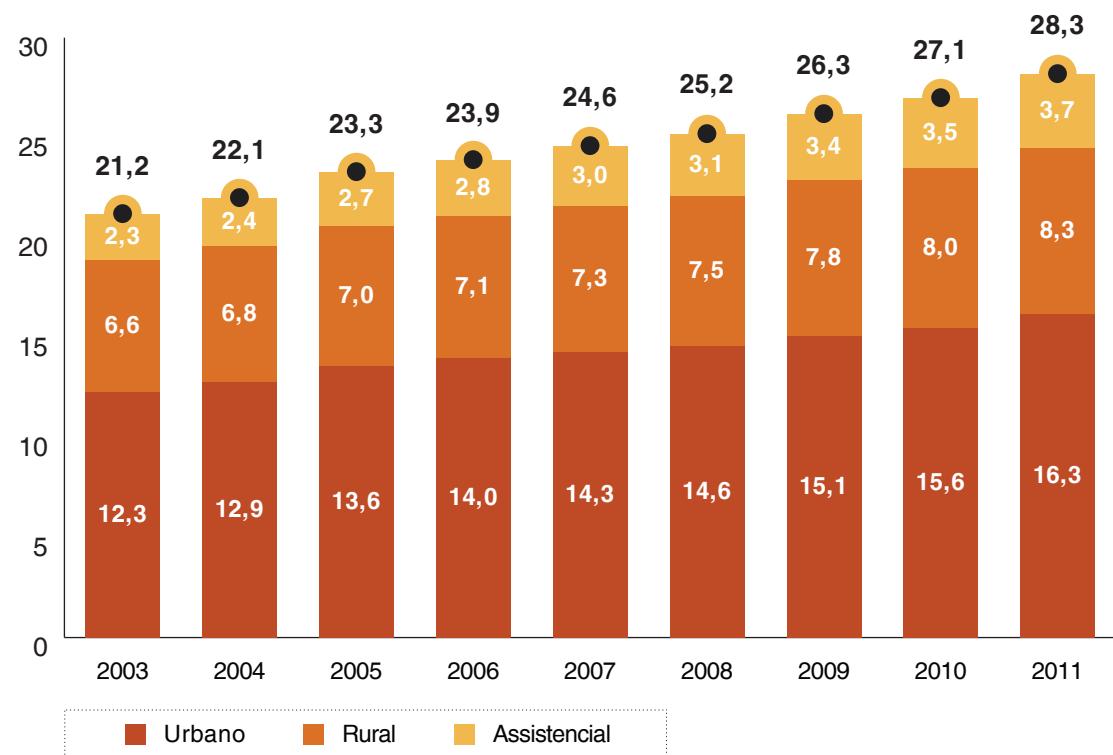
Fontes: Anuário Estatístico da Previdência Social - AEPS; Boletim Estatístico da Previdência Social - BEPS

Elaboração: SPS/MPS

Da quantidade média de 28,3 milhões de emissões verificadas no período de janeiro a abril de 2011, 57,6% (16,3 milhões) foram destinados a beneficiários da área urbana, 29,3% (8,3 milhões) a beneficiários da área rural e 13,1% (3,7 milhões) aos assistenciais (Gráfico 10). De 2003 a 2011, a quantidade de benefícios emitidos apresentou incremento de 32,5% no meio urbano, de 25,8% no meio rural e de 60,9% nos assistenciais.

Gráfico 10

Evolução da Quantidade de Benefícios Emitidos pela Previdência Social, segundo a clientela (2003 a 2011) - Em milhões de benefícios - Média de Janeiro a Abril

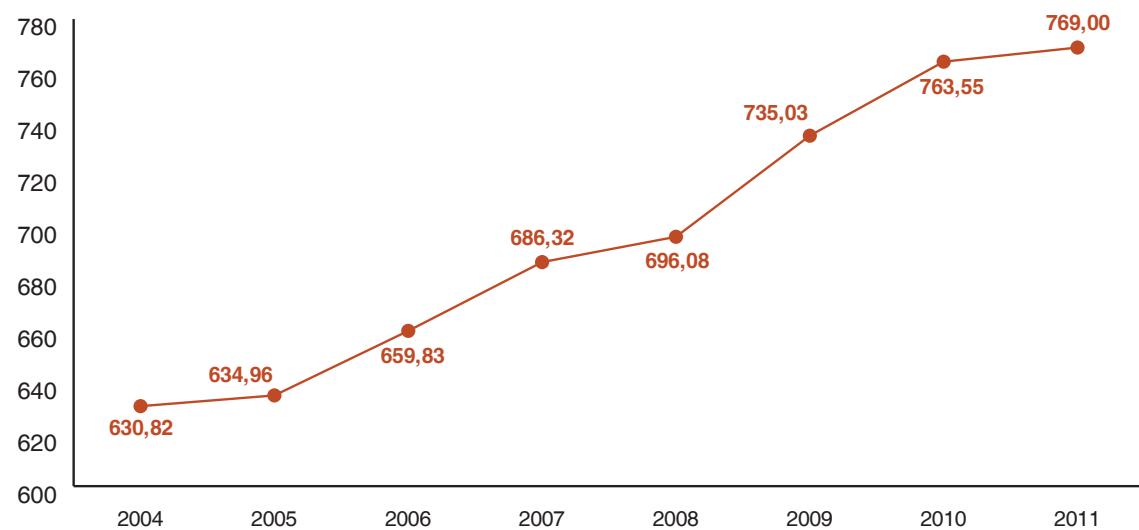


Fontes: Anuário Estatístico da Previdência Social - AEPS; Boletim Estatístico da Previdência Social - BEPS • Elaboração: SPS/MPS

O valor médio dos benefícios emitidos foi de R\$ 769,00, média de janeiro a abril de 2011, ocorrendo ligeiro acréscimo de 0,7% em relação ao mesmo período de 2010. Entre o acumulado de janeiro a abril de 2011 e período correspondente de 2004, o valor médio real dos benefícios emitidos cresceu 21,9% (Gráfico 11).

Gráfico 11

Valor Médio do Total dos Benefícios Emitidos (Média de Janeiro a Abril de cada ano) em R\$ de Abril/2011 (INPC)



Fontes: Anuário Estatístico da Previdência Social - AEPS; Boletim Estatístico da Previdência Social - BEPS • Elaboração: SPS/MPS

Em abril de 2011, foram concedidos 379,5 mil novos benefícios, queda de 7,1% (-29,0 mil benefícios) em relação ao mês anterior e de 1,4% (-5,2 mil benefícios), quando comparado com abril de 2010. Todos os grandes grupos apresentaram redução, entre abril e março de 2011. Os Benefícios Previdenciários diminuíram 7,0% (-24,3 mil benefícios), os Benefícios Acidentários, em 9,6% (-3,0 mil benefícios) e os Benefícios Assistenciais, em 5,7% (-1,7 mil benefícios), conforme pode ser visto na Tabela 4.

Tabela 4

Evolução da Quantidade de Benefícios Concedidos pela Previdência Social – Abril/2010, Março/2011, Abril/2011 e Acumulado de Janeiro a Abril (2010 e 2011)

	ABR-10 (A)	MAR-II (B)	ABR-II (C)	VAR. % (C / B)	VAR. % (C / A)	ACUM. JAN. A ABR-10	ACUM. JAN. A ABR-II	VAR. %
TOTAL	384.709	408.487	379.500	(7,1)	(1,4)	1.495.072	1.537.617	2,8
PREVIDENCIÁRIOS	323.214	347.478	323.190	(7,0)	(0,0)	1.251.627	1.306.501	4,4
Aposentadorias	85.106	87.122	82.535	(5,3)	(3,0)	332.002	328.106	(1,2)
Idade	46.472	46.925	44.309	(5,6)	(4,7)	180.114	174.921	(2,9)
Invalidez	16.299	14.674	14.279	(2,7)	(12,4)	65.003	58.140	(10,6)
Tempo de Contribuição	22.335	25.523	23.947	(6,2)	7,2	86.885	95.045	9,4
Pensão por Morte	30.850	32.609	30.355	(6,9)	(1,6)	124.219	125.598	1,1
Auxílio-Doença	157.244	176.138	161.324	(8,4)	2,6	605.106	662.718	9,5
Salário-Maternidade	47.878	49.265	46.765	(5,1)	(2,3)	182.623	181.313	(0,7)
Outros	2.136	2.344	2.211	(5,7)	3,5	7.677	8.766	14,2
ACIDENTÁRIOS	29.206	31.026	28.041	(9,6)	(4,0)	112.600	117.052	4,0
Aposentadorias	857	904	947	4,8	10,5	3.543	3.645	2,9
Pensão por Morte	52	64	56	(12,5)	7,7	248	243	(2,0)
Auxílio-Doença	27.102	28.845	25.858	(10,4)	(4,6)	104.382	108.607	4,0
Auxílio-Accidente	1.182	1.201	1.169	(2,7)	(1,1)	4.380	4.516	3,1
Auxílio-Suplementar	13	12	11	(8,3)	(15,4)	47	41	(12,8)
ASSISTENCIAIS	32.116	29.817	28.128	(5,7)	(12,4)	130.129	113.511	(12,8)
Amparos Assistenciais - LOAS	32.078	29.783	28.108	(5,6)	(12,4)	129.980	113.403	(12,8)
Idoso	14.110	13.495	13.003	(3,6)	(7,8)	56.612	51.592	(8,9)
Portador de Deficiência	17.968	16.288	15.105	(7,3)	(15,9)	73.368	61.811	(15,8)
Pensões Mensais Vitalícias	38	34	20	(41,2)	(47,4)	146	108	(26,0)
Rendas Mensais Vitalícias	-	-	-	-	-	3	-	(100,0)
Idade	-	-	-	-	-	-	-	-
Invalidez	-	-	-	-	-	3	-	(100,0)
ENCARGOS PREVIDENCIÁRIOS DA UNIÃO (EPU)	173	166	141	(15,1)	(18,5)	716	553	(22,8)

Fontes: Anuário Estatístico da Previdência Social - AEPS; Boletim Estatístico da Previdência Social - BEPS
Elaboração: SPS/MPS

No acumulado do primeiro quadrimestre de 2011, a quantidade de benefícios concedidos foi de 1,5 milhão de benefícios, aumento de 2,8% (+42,5 mil benefícios) em relação ao mesmo período de 2010. Os Benefícios Previdenciários e Acidentários registraram crescimento de 4,4% (+54,9 mil benefícios) e 4,0% (+4,4 mil benefícios), respectivamente. Já os Benefícios Assistenciais tiveram redução de 12,8% (-16,6 mil benefícios).

ANEXOS

Tabela 1

Fluxo de Caixa - 2011 (R\$ mil correntes)

Fonte: CGF/INSS.

Elaboração: SPS/MPS

Obs. Em outubro de 1998, as contas do INSS foram centralizadas na conta única do Tesouro Nacional.

(1) Contribuição previdenciária arrecadada e transferida pela União.

(2) Arrecadação proveniente do Programa de Recuperação Fiscal, que promove a regularização de créditos da União, decorrentes de débitos de pessoas jurídicas, relativos a tributos e contribuições administrados pela SRF e pelo INSS (atual MP nº 2.004-6/00, regulamentado pelo Decreto nº 3.342/00).

(3) Dívida dos hospitais junto à Previdência repassada ao INSS através do Fundo Nacional de Saúde.

(4) Valor do resgate de CDP junto ao Tesouro Nacional.

(5) Contribuições das Universidades com utilização de recursos do Fundo de Incentivo ao Ensino Superior – FIES, repassadas à Previdência através da Secretaria do Tesouro Nacional.

(6) Débitos recebidos em decorrência de Contrato de Assunção, Confissão e Compensação de Créditos.

(7) Retenção da parcela do crédito previdenciário das pessoas jurídicas que ingressam com ações contra a Previdência (Lei nº 9.709/98).

(8) Recursos antecipados pelo Tesouro Nacional para a cobertura de eventuais excessos de pagamentos sobre recebimentos.

(9) Pagamento de precatórios de benefícios e de requisições de pequeno valor resultantes de execuções judiciais. A Lei nº 10.524, de 25.07.2002, no seu art. 28, determinou que as dotações orçamentárias para pagamento destes valores seriam descentralizadas aos Tribunais, não mais sendo pagas pelo INSS.

(10) Reúne pagamentos realizados a ativos, inativos e pensionistas do quadro do INSS.

(11) Reúne as despesas operacionais consignadas nas seguintes contas: Serviços de Terceiros, Remuneração Bancária, ECT, Material, Administração e Patrimônio, GEAP (Patronal), DATAPREV, PASEP e Diversos.

(12) Recursos recolhidos pelo INSS e repassados aos seguintes órgãos: FNDE (salário educação), INCRA, DPC/FDEP - Marítimo, SDR/MAARA, SENAI, SESI, SENAC, SESC, SEBRAE, SENAR, SEST, SENAT, SESCOOP.

(13) O Saldo Final acumulado refere-se ao saldo final do último mês considerado.

ITENS DE RECEITA E DESPESA

1. SALDO INICIAL

2. RECEBIMENTOS

2.1. ARRECADAÇÃO

- Arrecadação Bancária

- SIMPLES (1)

- Programa de Recuperação Fiscal - REFIS (2)

- Fundo Nacional de Saúde - FNS (3)

- Certificados da Dívida Pública - CDP (4)

- Fundo de Incentivo ao Ensino Superior - FIES (5)

- Quitação de Dívidas (6)

- Depósitos Judiciais(7)

- Restituições de Arrecadação

2.2. RENDIMENTOS FINANCEIROS

2.3. OUTROS RECEBIMENTOS PRÓPRIOS

2.4. ANTECIPAÇÃO DE RECEITA (Tesouro Nacional) (8)

2.5. TRANSFERÊNCIAS DA UNIÃO

- Recursos Ordinários (incl. Recursos Ordin / COFINS - TRF)

- Concursos e Prognósticos

- Operações de Crédito Externa

- COFINS

- COFINS/LOAS

- COFINS/Desv. Imp. e Contrib. - EPU

- Devolução do Plano Seguridade Social (PSS) / PASEP / Outros

- Recursos Ordinários - Contrapartida

- Contrib. Social sobre Lucro (incl. Contrib Social s/ Lucro - Contrapartida)

- Contrib. Provisória s/ Mov. Financeira - CPMF

3. PAGAMENTOS

3.1. PAGAMENTOS INSS

3.1.1. BENEFÍCIOS

- Total de Benefícios

- Devolução de Benefícios

3.1.1.1. PREVIDENCIÁRIOS

3.1.1.1.1. Pagos pelo INSS

3.1.1.1.2. Sentenças Judiciais - TRF(9)

3.1.1.2. NÃO-PREVIDENCIÁRIOS

3.1.1.2.1. EPU T.N.

3.1.1.2.2. LOAS

3.1.2. PESSOAL(10)

3.1.3. CUSTEIO (11)

3.2. TRANSF. A TERCEIROS (12)

4. ARRECADAÇÃO LÍQUIDA (2.1 – 3.2)

5. SALDO PREVIDENCIÁRIO (4 – 3.1.1.1)

6. SALDO ARREC. LÍQ. - BENEF. (4 – 3.1.1)

7. SALDO OPERACIONAL (2 – 3)

8. SALDO FINAL (1 + 2 – 3) (13)

Tabela 2
**Fluxo de Caixa - Abr/2011
(R\$ mil de Abr/2011 - INPC)**

Fonte: CGF/INSS.

Elaboração: SPS/MPS

Obs. Em outubro de 1998, as contas do INSS foram centralizadas na conta única do Tesouro Nacional.

(1) Contribuição previdenciária arrecadada e transferida pela União.

(2) Arrecadação proveniente do Programa de Recuperação Fiscal, que promove a regularização de créditos da União, decorrentes de débitos de pessoas jurídicas, relativos a tributos e contribuições administrados pela SRF e pelo INSS (atual MP nº 2.004-6/00, regulamentado pelo Decreto nº 3.342/00).

(3) Dívida dos hospitais junto à Previdência repassada ao INSS através do Fundo Nacional de Saúde.

(4) Valor do resgate de CDP junto ao Tesouro Nacional.

(5) Dívida das universidades junto à Previdência repassada ao INSS através do Fundo de Incentivo ao Ensino Superior - FIES.

(6) Débitos recebidos em decorrência de Contrato de Assunção, Confissão e Compensação de Créditos.

(7) Retenção da parcela do crédito previdenciário das pessoas jurídicas que ingressam com ações contra a Previdência (Lei nº 9.709/98).

(8) Recursos antecipados pelo Tesouro Nacional para a cobertura de eventuais excessos de pagamentos sobre recebimentos.

(9) Pagamento de precatórios de benefícios e de requisições de pequeno valor resultantes de execuções judiciais. A Lei nº 10.524, de 25.07.2002, no seu art. 28, determinou que as dotações orçamentárias para pagamento destes valores seriam descentralizadas aos Tribunais, não mais sendo pagas pelo INSS.

(10) Reúne pagamentos realizados a ativos, inativos e pensionistas do quadro do INSS.

(11) Reúne as despesas operacionais consignadas nas seguintes contas: Serviços de Terceiros, Remuneração Bancária, ECT, Material, Administração e Patrimônio, GEAP (Patronal), DATAPREV, PASEP e Diversos.

(12) Recursos recolhidos pelo INSS e repassados aos seguintes órgãos: FNDE (salário educação), INCRA, DPC/FDEP - Marítimo, SDR/MAARA, SENAI, SESI, SENAC, SESC, SEBRAE, SENAR, SEST, SENAT, SESCOOP.

(13) O Saldo Final acumulado refere-se ao saldo final do último mês considerado.

ITENS DE RECEITA E DESPESA
1. SALDO INICIAL
2. RECEBIMENTOS
2.1. ARRECADAÇÃO

- Arrecadação Bancária
- SIMPLES (1)
- Programa de Recuperação Fiscal - REFIS (2)
- Fundo Nacional de Saúde - FNS (3)
- Certificados da Dívida Pública - CDP (4)
- Fundo de Incentivo ao Ensino Superior - FIES (5)
- Quitação de Dívidas (6)
- Depósitos Judiciais(7)
- Restituições de Arrecadação

2.2. RENDIMENTOS FINANCEIROS
2.3. OUTROS RECEBIMENTOS PRÓPRIOS
2.4. ANTECIPAÇÃO DE RECEITA (Tesouro Nacional) (8)
2.5. TRANSFERÊNCIAS DA UNIÃO

- Recursos Ordinários (incl. Recursos Ordin / COFINS - TRF)
- Concursos e Prognósticos
- Operações de Crédito Externa
- COFINS
- COFINS/LOAS
- COFINS/Desv. Imp. e Contrib. - EPU
- Devolução do Plano Seguridade Social (PSS) / PASEP / Outros
- Recursos Ordinários - Contrapartida
- Contrib. Social sobre Lucro (incl. Contrib Social s/ Lucro - Contrapartida)
- Contrib. Provisória s/ Mov. Financeira - CPMF

3. PAGAMENTOS
3.1. PAGAMENTOS INSS
3.1.1. BENEFÍCIOS

- Total de Benefícios
- Devolução de Benefícios

3.1.1.1. PREVIDENCIÁRIOS

- 3.1.1.1.1. Pagos pelo INSS
- 3.1.1.1.2. Sentenças Judiciais - TRF(9)

3.1.1.2. NÃO-PREVIDENCIÁRIOS

- 3.1.1.2.1. EPU T.N.
- 3.1.1.2.2. LOAS

3.1.2. PESSOAL (10)
3.1.3. CUSTEIO (11)
3.2. TRANSF. A TERCEIROS (12)
4. ARRECADAÇÃO LÍQUIDA (2.1 – 3.2)
5. SALDO PREVIDENCIÁRIO (4 – 3.1.1.1)
6. SALDO ARREC. LÍQ. - BENEF. (4 – 3.1.1)
7. SALDO OPERACIONAL (2 – 3)
8. SALDO FINAL (1 + 2 – 3) (13)

VALORES EM MIL R\$ DE ABR/2011 - INPC

ABR-10 I	MAR-11 II	ABR-11 III	VAR. III/II EM %	VAR. III/I EM %	ACUM. JAN. A ABR-10 - IV	ACUM. JAN. A ABR-11 - V	VAR.ACUM. V / IV EM %
16.333.236	11.272.051	10.923.473	(3,1)	(33,1)	48.178.127	38.164.124	(20,8)
24.247.717	23.756.446	27.203.507	14,5	12,2	115.607.751	107.979.259	(6,6)
19.033.539	20.031.935	20.395.583	1,8	7,2	73.999.876	81.098.322	9,6
17.130.859	18.327.573	18.571.809	1,3	8,4	67.340.621	73.706.257	9,5
1.389.007	1.456.255	1.528.165	4,9	10,0	5.351.046	6.293.860	17,6
11.460	9.719	10.220	5,2	(10,8)	44.102	40.445	(8,3)
34	84	60	(28,5)	79,0	181	589	225,5
186.196	190.803	179.765	(5,8)	(3,5)	737.720	709.818	(3,8)
64.123	-	71.986	-	12,3	186.052	116.040	(37,6)
-	-	-	-	-	-	-	-
305.594	108.156	125.264	15,8	(59,0)	588.859	509.587	(13,5)
(19.404)	(22.095)	(53.626)	142,7	176,4	(86.792)	(95.482)	10,0
9.793	2.678	123	(95,4)	(98,7)	342.188	35.453	(89,6)
14.104	16.757	73.843	340,7	423,6	66.396	145.062	118,5
1.632.848	2.548.991	2.666.949	4,6	63,3	14.784.202	16.279.728	10,1
3.557.432	1.156.086	4.067.008	251,8	14,3	26.415.089	10.420.694	(60,6)
434.008	338.593	3.278.157	868,2	655,3	5.534.996	4.212.029	(23,9)
2.789	10.693	8.772	(18,0)	214,5	46.739	42.530	(9,0)
-	10	-	(100,0)	-	3.607	10	(99,7)
1.371.430	368.974	362.000	(1,9)	(73,6)	9.708.868	1.488.840	(84,7)
1.261.739	-	-	-	(100,0)	8.958.351	2.864.690	(68,0)
91.415	-	-	-	(100,0)	408.406	194.287	(52,4)
-	-	-	-	-	-	-	-
-	-	-	-	-	-	-	-
396.052	437.816	418.080	(4,5)	5,6	1.735.562	1.618.308	(6,8)
-	-	-	-	-	18.560	-	(100,0)
25.109.412	53.692.222	59.702.022	11,2	137,8	104.481.407	194.393.425	86,1
23.434.148	51.810.255	57.852.623	11,7	146,9	96.529.237	185.461.692	92,1
22.577.469	23.432.002	26.407.683	12,7	17,0	92.644.158	96.012.502	3,6
22.730.132	23.592.447	26.584.138	12,7	17,0	93.122.333	96.601.034	3,7
(131.200)	(140.559)	(156.146)	11,1	19,0	(453.683)	(496.120)	9,4
20.559.726	21.308.051	24.275.650	13,9	18,1	84.555.344	87.495.925	3,5
20.155.347	21.024.343	21.054.170	0,1	4,5	79.809.768	83.575.770	4,7
404.380	283.708	3.221.479	1.035,5	696,6	4.745.576	3.920.155	(17,4)
2.017.743	2.123.951	2.132.033	0,4	5,7	8.088.814	8.516.576	5,3
67.140	62.901	64.219	2,1	(4,3)	322.133	314.424	(2,4)
1.950.603	2.061.050	2.067.814	0,3	6,0	7.766.681	8.202.153	5,6
695.853	26.375.936	29.336.277	11,2	4.115,9	3.112.020	83.012.619	2.567,5
160.826	2.002.316	2.108.664	5,3	1.211,1	773.059	6.436.572	732,6
1.675.264	1.881.967	1.849.399	(1,7)	10,4	7.952.171	8.931.733	12,3
17.358.275	18.149.968	18.546.184	2,2	6,8	66.047.705	72.166.589	9,3
(3.201.451)	(3.158.083)	(5.729.465)	81,4	79,0	(18.507.639)	(15.329.336)	(17,2)
(5.219.194)	(5.282.034)	(7.861.498)	48,8	50,6	(26.596.453)	(23.845.912)	(10,3)
(861.695)	(29.935.775)	(32.498.515)	8,6	3.671,5	11.126.344	(86.414.166)	(876,7)
15.471.541	(18.663.724)	(21.575.042)	15,6	(239,4)	15.471.541	(21.575.042)	(239,4)

Gráfico 1

**Arrecadação Líquida x Despesa com Benefícios
(Acumulado até o mês de Abril de cada ano, em R\$ milhões de Abr/2011 - INPC)**

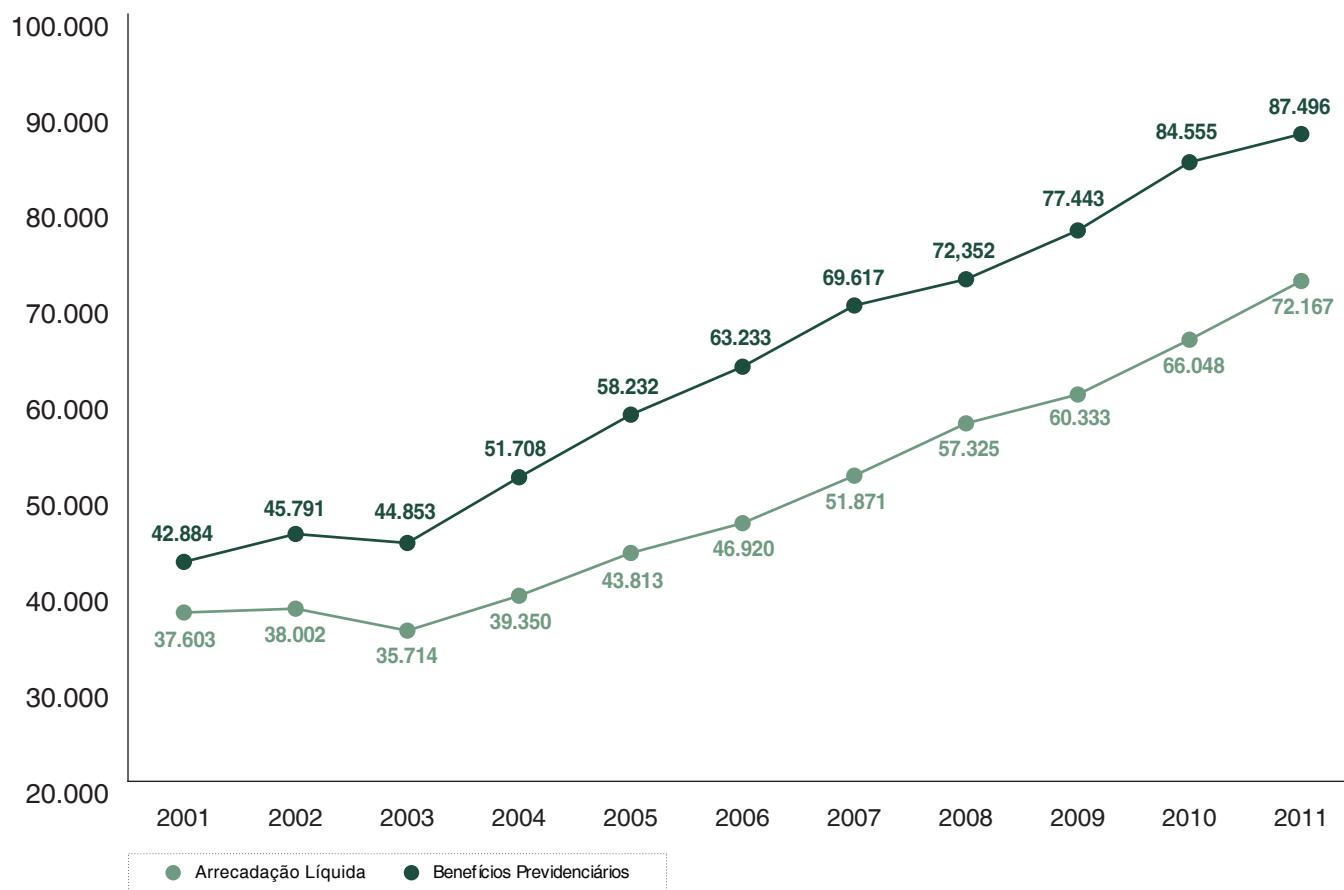


Tabela 3

**Relação entre a Arrecadação Líquida e a Despesa com Benefícios
(R\$ milhões de Abr/2011 - INPC)**

Fonte: CGF/INSS;

Elaboração: SPS/MPS

Obs. Em outubro de 1998, as contas do INSS foram centralizadas na conta única do Tesouro Nacional.

(1) Inclui Arrecadação do SIMPLES. A partir de 1999, inclui as restituições de arrecadação.

(2) Para o ano de 1993, estão sendo considerados os benefícios totais, isto é, previdenciários + especiais (EPU). A partir de 1994, consideram-se apenas os benefícios previdenciários.

(3) A partir de 1999, considera-se a devolução de benefícios.

(4) Nos meses de janeiro a julho de 1999, inclui valores de Imposto de Renda (IR) de benefícios previdenciários que foram provenientes de emissões de DARF sem transferência de recursos.

(5) Em Out/97, não foram provisionados recursos para pagamento de benefícios no montante de R\$ 2,288 bilhões, os quais foram pagos pela rede bancária, segundo acordo firmado com o INSS.

PERÍODO	ARRECADAÇÃO BRUTA (I)	TRANSFERÊNCIAS A TERCEIROS	ARRECADAÇÃO LÍQUIDA	BENEFÍCIOS PREVIDENCIÁRIOS	RELAÇÃO %	SALDO
	(A)	(B)	C = (A - B)	(2) (3) (4) (5)	E=(D/C)	F= (C - D)
				(D)		
VALORES REFERENTES AO ACUMULADO ATÉ O MÊS DE ABRIL, A PREÇOS DE ABR/2011 INPC						
2001	40.921	3.319	37.603	42.884	114,0	(5.282)
2002	41.096	3.093	38.002	45.791	120,5	(7.789)
2003	38.785	3.071	35.714	44.853	125,6	(9.139)
2004	42.923	3.573	39.350	51.708	131,4	(12.358)
2005	47.042	3.229	43.813	58.232	132,9	(14.419)
2006	51.261	4.341	46.920	63.233	134,8	(16.313)
2007	57.314	5.442	51.871	69.617	134,2	(17.745)
2008	64.301	6.976	57.325	72.352	126,2	(15.026)
2009	67.739	7.406	60.333	77.443	128,4	(17.110)
2010	74.000	7.952	66.048	84.555	128,0	(18.508)
2011	81.098	8.932	72.167	87.496	121,2	(15.329)
Abr/09	17.399	1.600	15.799	19.274	122,0	(3.475)
Mai/09	17.583	1.531	16.052	19.105	119,0	(3.054)
Jun/09	17.214	1.604	15.610	19.364	124,0	(3.753)
Jul/09	17.428	1.606	15.822	19.248	121,7	(3.426)
Ago/09	17.504	1.570	15.934	21.679	136,1	(5.745)
Set/09	17.217	1.650	15.567	25.701	165,1	(10.134)
Out/09	18.001	1.618	16.383	19.440	118,7	(3.058)
Nov/09	20.079	1.622	18.457	21.879	118,5	(3.422)
Dez/09	29.730	1.696	28.034	26.110	93,1	1.924
Jan/10	18.194	2.909	15.285	19.312	126,3	(4.027)
Fev/10	18.099	1.700	16.398	20.476	124,9	(4.077)
Mar/10	18.673	1.667	17.006	24.208	142,3	(7.202)
Abr/10	19.034	1.675	17.358	20.560	118,4	(3.201)
Mai/10	19.254	1.704	17.550	20.291	115,6	(2.741)
Jun/10	19.343	1.775	17.568	20.512	116,8	(2.944)
Jul/10	19.612	1.752	17.860	20.581	115,2	(2.720)
Ago/10	20.187	1.798	18.389	24.135	131,2	(5.746)
Set/10	19.949	1.873	18.076	27.776	153,7	(9.700)
Out/10	20.173	1.806	18.367	20.639	112,4	(2.272)
Nov/10	20.403	1.854	18.549	23.128	124,7	(4.580)
Dez/10	33.255	1.849	31.406	27.831	88,6	3.575
Jan/11	20.719	3.273	17.447	20.527	117,7	(3.080)
Fev/11	19.952	1.928	18.024	21.385	118,7	(3.362)
Mar/11	20.032	1.882	18.150	21.308	117,4	(3.158)
Abr/11	20.396	1.849	18.546	24.276	130,9	(5.729)

